

RELATÓRIO CONTÁBIL E NOTAS EXPLICATIVAS



1º Trimestre/2022

MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO



MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Marcos Montes Cordeiro

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Márcio Eli Almeida Leandro

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO

José Manoel Gomes

COORDENADOR DE CONTABILIDADE

Alberto Jeronimo Pereira

EQUIPE TÉCNICA

Divisão de Acompanhamento e Análise Contábil

José Calazans dos Santos

Serviço de Análise e Integridade Contábil

Jaqueline Pereira de Faria Silva

José Maria Magalhães Dias

Divino Lúcio de Almeida

Maria Luiza Carvalho Cunha

Norma de Deus e Costa

Serviço de Acompanhamento e Avaliação Contábil

Alan Rodrigues Pinheiro

Renata de Oliveira Pinheiro

Rodrigo Pinheiro Brandão

Divisão de Tomada de Contas

Samya Carolina Soares Costa

Paulo Alves de Santana Neto

Sumário

1) LISTA DE SIGLAS	5
2) LISTA DE TABELAS	8
4) CONTEXTO OPERACIONAL	10
5) DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	12
5.1) BALANÇO FINANCEIRO	12
5.2) BALANÇO PATRIMONIAL	13
5.3) DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	15
5.4) BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	17
5.5) DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	20
5.6) DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22
6) SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO DESENVOLVIDOS	23
6.1) SISTEMAS DA ÁREA FIM	23
SECRETARIA DE INOVAÇÃO, DESENVOLVIMENTO RURAL E IRRIGAÇÃO – SDI/MAPA	23
SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA SAP/MAPA	23
SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA – SDA/MAPA	23
SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR E COOPERATIVISMO – SAF/MAPA	23
SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA - SPA/MAPA	24
SECRETARIA DE COMÉRCIO E INTERNACIONAIS - SRI/MAPA	24
6.2) SISTEMAS DA ÁREA MEIO	25
GABINETE DA MINISTRA - GM	25
ASSESSORIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO E EVENTOS - ACE/MAPA	25
ASSESSORIA PARLAMENTAR - ASPAR/GM	25
SECRETARIA-EXECUTIVA - SE/MAPA	25
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO - DA/SE	25
7) NOTAS EXPLICATIVAS	26
7.1) BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS	26
7.2) RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS	26
7.3) PRINCIPAIS MUDANÇAS DE PRÁTICAS CONTÁBEIS E PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS	30
7.4) MUDANÇAS DE ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	30
8) COMPOSIÇÃO DOS PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	31
8.1) NOTAS EXPLICATIVAS – BALANÇO FINANCEIRO	31
8.2) NOTAS EXPLICATIVAS – BALANÇO PATRIMONIAL	32
8.3) NOTAS EXPLICATIVAS – DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	38
8.4) NOTAS EXPLICATIVAS – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	41
A) REGIME ORÇAMENTÁRIO E O CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO ADOTADOS NO ORÇAMENTO APROVADO.	41
B) RESULTADO ORÇAMENTÁRIO.	42
C) ENTIDADES ABRANGIDAS:	43
D) DETALHAMENTO DAS RECEITAS E DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS, QUANDO RELEVANTE:	44
E) DETALHAMENTO DAS DESPESAS EXECUTADAS POR TIPOS DE CRÉDITOS (INICIAL, SUPLEMENTAR, ESPECIAL EXTRAORDINÁRIO)	44

F) UTILIZAÇÃO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO E DA REABERTURA DE CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS, BEM COMO SUAS INFLUÊNCIAS NO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	44
8.5) NOTAS EXPLICATIVAS – DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	45
8.6) NOTAS EXPLICATIVAS – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	46
8.7) NOTA Nº 001 – FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR	47
8.8) NOTA Nº 002 – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	49
8.9) NOTA Nº 003 – PROVISÕES	50
8.10) NOTA Nº 004 – IMOBILIZADO	53
8.11) NOTA Nº 005 – INTANGÍVEL	61
8.12) NOTA Nº 006 – INVESTIMENTOS	63
9) REFERÊNCIAS	66
9.1) BIBLIOGRÁFICAS	66
9.2) SÍTIOS MAIS UTILIZADOS PELA CCONT/MAPA	66

1) Lista de Siglas

AFAC	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital
AGRONET	Intranet do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
AGROSTAT	Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro
AGU	Advocacia Geral da União
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BB	Banco do Brasil
BCB	Banco Central do Brasil
BGS	Boletim de Pessoal e Serviços
BGU	Balanço Geral da União
BINAGRI/MAPA	Biblioteca Nacional de Agricultura
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Social
BO	Balanço Orçamentário
BP	Balanço Patrimonial
CASEGO	Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Goiás
CASEMG	Companhia de Armazéns e Silos de Minas Gerais
CCCCN	Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional
CCONF	Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação
CCONT-DA	Coordenação de Contabilidade/MAPA
CCONT/STN	Coordenação-Geral de Contabilidade da União/STN
CEAGESP	Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo
CEASA/MG	Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A
CEF	Caixa Econômica Federal
CEF/MAPA	Caixa Econômica Federal/MAPA
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CEPLAC/BA	Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira da Bahia
CEPLAC/ES	Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira do Espírito Santo
CEPLAC/PA	Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira do Pará
CEPLAC/RO	Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira de Rondônia
CESA	Companhia Estadual de Silos e Armazéns
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
COGEP/MAPA	Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas
CGAQ/MAPA	Coordenação-Geral de Aquisições
CGOEF/MAPA	Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira
CGOF/MAPA	Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças
CGLI/MAPA	Coordenação-Geral de Logística Institucional
CGRL/MAPA	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos e Serviços
CGTI/MAPA	Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
COGEP	Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas
CGU	Controladoria-Geral da União
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONFCON	Sistema de Conformidade Contábil
COFIN/STN	Coordenação-Geral de Programação Financeira/STN
COSIS/STN	Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia de Informação/STN
CRC/DF	Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal
DA/MAPA	Departamento de Administração
DAF/Embrapa	Departamento de Administração e Finanças/Embrapa
DARF	Documento de Arrecadação Federal
DGG/MAPA	Departamento de Governança e Gestão
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa
DISME	Distrito de Meteorologia
DISME/AM	Distrito de Meteorologia de Manaus/AM
DISME/BA	Distrito de Meteorologia de Salvador/BA
DISME/GO	Distrito de Meteorologia de Goiânia/GO
DISME/MG	Distrito de Meteorologia de Belo Horizonte/MG
DISME/MT	Distrito de Meteorologia de Cuiabá/MT
DISME/PA	Distrito de Meteorologia de Belém/PA
DISME/PE	Distrito de Meteorologia de Recife/PE
DISME/RJ	Distrito de Meteorologia do Rio de Janeiro/RJ
DISME/RS	Distrito de Meteorologia de Porto Alegre/RS
DISME/SP	Distrito de Meteorologia de São Paulo/SP
DVP	Demonstrações das Variações Patrimoniais
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENAGRO/MAPA	Escola Nacional de Gestão Agropecuária

ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
FFIE	Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização
FUNCAFE	Fundo de Defesa da Economia Cafeeira
FTRA	Fundo de Terras e da Reforma Agrária
GF	Gestor Financeiro
GRU	Guia de Recolhimento da União
GPS	Guia da Previdência Social
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INMET	Instituto Nacional de Meteorologia
JCDF	Junta Comercial do Distrito Federal
LANAGRO	Laboratório Nacional Agropecuário
LANAGRO/GO	Laboratório Nacional Agropecuário de Goiás
LANAGRO/MG	Laboratório Nacional Agropecuário de Minas Gerais
LANAGRO/PA	Laboratório Nacional Agropecuário do Pará
LANAGRO/PE	Laboratório Nacional Agropecuário de Pernambuco
LANAGRO/RS	Laboratório Nacional Agropecuário do Rio Grande do Sul
LANAGRO/SP	Laboratório Nacional Agropecuário de São Paulo
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LFDA	Laboratório Federal de Defesa Agropecuária
LFDA/GO	Laboratório Federal de Defesa Agropecuária – Goiás
LFDA/MG	Laboratório Federal de Defesa Agropecuária – Minas Gerais
LFDA/PA	Laboratório Federal de Defesa Agropecuária – Pará
LFDA/PE	Laboratório Federal de Defesa Agropecuária – Pernambuco
LFDA/SP	Laboratório Federal de Defesa Agropecuária – São Paulo
LFDA/RS	Laboratório Federal de Defesa Agropecuária – Rio Grande do Sul
LOA	Lei Orçamentária Anual
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MDIC	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
ME	Ministério da Economia
MEP	Método da Equivalência Patrimonial
NBC TSP	Normas Brasileiras de Contabilidade do Setor Público
NBCASP	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
NE	Nota de Empenho
NL	Nota de Lançamento
NS	Nota de Sistema
OB	Ordem Bancária
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
OGU	Orçamento Geral da União
PCASP	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PF	Programação Financeira
PGFN	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
PIPCP	Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais
RCPG	Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público
REDESIM	Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios
RENASEM	Registro Nacional de Sementes e Mudanças
RFB	Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
RPNP	Restos a Pagar Não Processados
RPP	Restos a Pagar Processados
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
SAF/MAPA	Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo
SAP/MAPA	Secretaria de Aquicultura e Pesca
SCDP	Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
SCRI/MAPA	Secretaria de Comércio e Relações Internacionais
SDA/MAPA	Secretaria de Defesa Agropecuária
SE/MAPA	Secretaria Executiva
SEAD/PR	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
SEAF/MAPA	Secretaria Especial de Assuntos Fundiários
SEAP/PR	Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca
SECEX/TCU	Secretaria de Controle Externo
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
SERPRO	Serviço Federal de Processamento de Dados
SFA	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
SFB/MAPA	Serviço Florestal Brasileiro
SIADS	Sistema Integrado de Administração de Serviços
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
SICAR	Sistema de Controle de Arrecadação
SIGMA	Sistema de Indicações Geográficas e Marcas
SISLEGIS	Sistema de Consulta a Legislação
SPA	Secretaria de Política Agrícola
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial

SPU	Secretaria de Patrimônio da União
SPUnet	Sistema de Gestão Integrada dos Imóveis Públicos Federais
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SCRI	Secretaria de Comercio e Relações Internacionais
SUCON/STN	Subsecretaria de Contabilidade Pública/STN
TCE	Tomada de Contas Especial
TCU	Tribunal de Contas da União
TDA	Título da Dívida Agrária
TG	Tesouro Gerencial
UG	Unidade Gestora
UGE	Unidade Gestora Executora
UGR	Unidade Gestora Responsável
VIGIAGRO	Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional
VPA	Variação Patrimonial Aumentativa
VPD	Variação Patrimonial Diminutiva
VTN	Valor da Terra Nua

2) Lista de Tabelas

Tabela nº 001	Resultado Financeiro
Tabela nº 002	Saldo para o trimestre seguinte
Tabela nº 003	Caixa e Equivalentes de Caixa - por Órgãos
Tabela nº 004	Caixa e Equivalentes de Caixa- Composição
Tabela nº 005	Empréstimos e Financiamentos Concedidos
Tabela nº 006	Demais Créditos e Valores a Curto Prazo
Tabela nº 007	Estoques
Tabela nº 008	Empréstimos e Financiamentos Concedidos
Tabela nº 009	Dívida Ativa Não Tributária
Tabela nº 010	Demais Créditos e Valores a Longo Prazo
Tabela nº 011	Passivo Circulante
Tabela nº 012	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo
Tabela nº 013	Demais Obrigações a Curto Prazo
Tabela nº 014	Especificação das Demais Obrigações a Curto Prazo
Tabela nº 015	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Longo Prazo
Tabela nº 016	Demais Obrigações a Longo Prazo
Tabela nº 017	Demais Obrigações
Tabela nº 018	Depósitos Não Judiciais
Tabela nº 019	Ajustes de Exercícios Anteriores – por órgão
Tabela nº 020	Variações Patrimoniais Quantitativas
Tabela nº 021	Variações Patrimoniais Aumentativas
Tabela nº 022	Variações Patrimoniais Diminutivas
Tabela nº 023	Entidades abrangidas
Tabela nº 024	TEDs
Tabela nº 025	Despesas Executadas por tipo de Crédito
Tabela nº 026	Demonstração do Fluxo de Caixa - Composição
Tabela nº 027	Demonstração da DMPL
Tabela nº 028	Fornecedores e Contas a Pagar – Composição
Tabela nº 029	Fornecedores e Contas a Pagar – por Órgão
Tabela nº 030	Fornecedores e Contas a Pagar – por Fornecedor
Tabela nº 031	Fornecedores
Tabela nº 032	Obrigações Contratuais - composição
Tabela nº 033	Obrigações Contratuais-por Órgão
Tabela nº 034	Obrigações Contratuais-por Contratado
Tabela nº 035	Movimento das Provisões a Curto e Longo Prazo
Tabela nº 036	Critério de Risco Provável
Tabela nº 037	Detalhes de Provisões
Tabela nº 038	Critério de Risco Possível
Tabela nº 039	Imobilizado
Tabela nº 040	Bens Móveis
Tabela nº 041	Bens Imóveis
Tabela nº 042	Bens Imóveis - Composição
Tabela nº 043	Bens de Uso Especial
Tabela nº 044	Cessão, Comodatos de bens
Tabela nº 045	Redução ao Valor Recuperável
Tabela nº 046	Ajustes de Exercícios Anteriores sobre o Imobilizado
Tabela nº 047	Intangível
Tabela nº 048	Adições e Baixas no Intangível
Tabela nº 049	Ajustes de Exercícios Anteriores no Intangível
Tabela nº 050	Investimentos – Composição e Movimentação
Tabela nº 051	Investimentos – Composição
Tabela nº 052	Participações Permanentes
Tabela nº 053	Investimentos da Conab
Tabela nº 054	Demais Investimentos da Conab
Tabela nº 055	Maiores Investimentos da Conab
Tabela nº 056	Mutações dos Investimentos da Conab
Tabela nº 057	Investimentos da Embrapa
Tabela nº 058	Mutação dos Investimentos da Embrapa

3) Lista de Figuras

Figura nº 001	Caixa e Equivalentes de Caixa - Órgãos
Figura nº 002	Caixa e Equivalentes de Caixa- Composição
Figura nº 003	Demais Créditos e Valores a Curto Prazo
Figura nº 004	Estoques
Figura nº 005	Demais Créditos e Valores a Longo Prazo
Figura nº 006	Demais Obrigações a Longo Prazo
Figura nº 007	Variações Patrimoniais Quantitativas
Figura nº 008	Variações Patrimoniais Aumentativas
Figura nº 009	Variações Patrimoniais Diminutivas
Figura nº 010	Receitas e Despesas – Previsão x Execução
Figura nº 011	Dotação Inicial x Execução da Despesa
Figura nº 012	Fornecedores e Contas a Pagar
Figura nº 013	Fornecedores e Contas a Pagar – por Órgão
Figura nº 014	Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor
Figura nº 015	Obrigações Contratuais – Composição
Figura nº 016	Obrigações Contratuais – por Órgão
Figura nº 017	Obrigações Contratuais – por Contratado

4) Contexto Operacional

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), órgão da administração pública federal direta, é responsável pela gestão das políticas públicas com base no Decreto nº 10.253, de fevereiro de 2020, que têm como áreas de competência os seguintes assuntos:

- a) Política agrícola, abrangidos a produção, a comercialização, o seguro rural, o abastecimento, a armazenagem e a garantia de preços mínimos;
- b) Produção e fomento agropecuário, abrangidas a agricultura, a pecuária, a agroindústria, a agroenergia, as florestas plantadas, a heveicultura, a aquicultura e a pesca;
- c) Política nacional pesqueira e aquícola, abrangida a gestão do uso dos recursos e dos licenciamentos, das permissões e das autorizações para o exercício da aquicultura e da pesca;
- d) Estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários;
- e) Informação agropecuária;
- f) Defesa agropecuária e segurança do alimento;
- g) Pesquisa em agricultura, pecuária, sistemas agroflorestais, aquicultura, pesca e agroindústria;
- h) Conservação e proteção de recursos genéticos de interesse para a agropecuária e a alimentação;
- i) Assistência técnica e extensão rural;
- j) Irrigação e infraestrutura hídrica para produção agropecuária, observadas as competências do Ministério do Desenvolvimento Regional;
- k) Informação meteorológica e climatológica para uso na agropecuária;
- l) Desenvolvimento rural sustentável;
- m) Políticas e fomento da agricultura familiar;
- n) Reforma agrária, regularização fundiária de áreas rurais, da Amazônia Legal e das terras quilombolas;
- o) Conservação e manejo do solo e da água, destinados ao processo produtivo agrícola, pecuário, aos sistemas agroflorestais e à aquicultura;
- p) Boas práticas agropecuárias e bem-estar animal;
- q) Cooperativismo e associativismo na agricultura, na pecuária, na aquicultura e na pesca;
- r) Energização rural e agroenergia, incluída a eletrificação rural;
- s) Operacionalização da concessão da subvenção econômica ao preço do óleo diesel instituída pela Lei nº 9.445, de 14 de março de 1997;
- t) Negociações internacionais relativas aos temas de interesse da agricultura, da pecuária, da aquicultura e da pesca; e
- u) Gerir o Registro Geral da Atividade Pesqueira.

Cabe ainda ao Ministério exercer, por meio do Serviço Florestal Brasileiro, a função de órgão gestor, prevista no art. 53 da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, em âmbito federal.

O MAPA é responsável pela gestão das políticas públicas de estímulo à agropecuária, pelo fomento do agronegócio e pela regulação e normatização de serviços vinculados ao setor. No Brasil, o agronegócio contempla o pequeno, o médio e o grande produtor rural e reúne atividades de fornecimento de bens e serviços à agricultura, produção agropecuária, processamento, transformação e distribuição de produtos de origem agropecuária até o consumidor final.

Assim, o Ministério da Agricultura busca integrar sob sua gestão os aspectos mercadológico, tecnológico, científico, ambiental e organizacional do setor produtivo e dos setores de abastecimento, armazenagem e transporte de safras, além da gestão da política econômica e financeira para o agronegócio. Com a integração do desenvolvimento sustentável e da competitividade, o MAPA visa à garantia da segurança alimentar da população brasileira e a produção de excedentes para exportação, fortalecendo o setor produtivo nacional e favorecendo a inserção do Brasil no mercado internacional.

O ministério coordena as ações e políticas de 28 Câmaras Setoriais e 8 Câmaras Temáticas relacionadas aos diversos setores produtivos do agronegócio brasileiro.

Para a consecução de seus objetivos, o MAPA conta com uma estrutura fixa de uma Secretaria Especial, seis Secretarias, um Serviço, 27 Superintendências Estaduais e suas respectivas unidades, uma rede de seis laboratórios, além de duas empresas vinculadas, uma autarquia vinculada e três entidades de economia mista, que abrigam cerca de 10 mil servidores espalhados por todo o Brasil:

Os Órgãos específicos singulares do Ministério são:

- a) Secretaria Especial de Assuntos Fundiários – SEAF;
- b) Secretaria de Política Agrícola – SPA;
- c) Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA;
- d) Secretaria de Aquicultura e Pesca – SAP;
- e) Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo – SAF;
- f) Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação – SDI;
- g) Secretaria de Comércio e Relações Internacionais – SCRI; e
- h) Serviço Florestal Brasileiro – SFB.

Os Órgãos colegiados do Ministério são:

- a) Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural;
- b) Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional;
- c) Comissão Especial de Recursos;
- d) Conselho Deliberativo da Política do Café;
- e) Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca;
- f) Conselho Nacional de Política Agrícola;
- g) Comitê Gestor do Garantia-Safra;
- h) Comitê Gestor do Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar;
- i) Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável; e
- j) Comitê Estratégico do Programa Nacional de Levantamento e Interpretação de Solos do Brasil;

As entidades Vinculadas – Autarquia do Ministério:

- a) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

As entidades Vinculadas – Empresa Pública são:

- a) Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB;
- b) Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA

As entidades Vinculadas – Sociedade de Economia Mista são:

- a) Central de Abastecimento de Minas Gerais S/A;
- b) Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais

5) Demonstrações Contábeis

5.1) Balanço Financeiro

VALORES EM MILHÕES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	31/03/2022	31/03/2021	ESPECIFICAÇÃO	31/03/2022	31/03/2021
Receitas Orçamentárias	1.646,50	1.436,12	Despesas Orçamentárias	5.810,30	3.307,46
Ordinárias	136,14	92,92	Ordinárias	3.987,99	1.649,25
Vinculadas	1.466,45	1.333,95	Vinculadas	1.822,31	1.658,21
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	126,42	532,39
Alienação de Bens e Direitos	25,46	11,85	Previdência Social (RPPS)	1.166,66	585,35
Transferências Constitucionais e Legais	2,93	2,87	Receitas Financeiras	29,60	52,70
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	1.437,91	1.317,86	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	499,63	487,78
Recursos a Classificar	0,14	1,36			
(-) Deduções da Receita Orçamentária	43,91	9,25			
Transferências Financeiras Recebidas	8.620,20	8.147,63	Transferências Financeiras Concedidas	6.410,47	5.980,37
Resultantes da Execução Orçamentária	5.781,06	5.663,79	Resultantes da Execução Orçamentária	3.615,72	3.462,73
Cota Recebida	2.153,00	2.194,91	Repasso Concedido	1.275,53	1.301,39
Repasso Recebido	1.287,94	1.307,86	Sub-repasso Concedido	2.339,43	2.159,95
Sub-repasso Recebido	2.339,43	2.159,95	Cota Devolvida	0,07	0,33
Repasso Devolvido	0,01	1,06	Repasso Devolvido	0,01	1,06
Sub-repasso Devolvido	0,68		Sub-repasso Devolvido	0,68	
Independentes da Execução Orçamentária	2.839,14	2.483,84	Independentes da Execução Orçamentária	2.794,75	2.517,64
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	1.116,05	1.047,14	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	536,20	528,27
Demais Transferências Recebidas	470,90	357,33	Demais Transferências Concedidas	474,04	355,90
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.252,20	1.079,38	Movimento de Saldos Patrimoniais	1.784,51	1.633,47
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	4.239,62	1.765,54	Pagamentos Extraorçamentários	1.874,07	1.295,84
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	609,70	550,19	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	674,28	594,09
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	3.541,27	1.075,79	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	1.162,23	654,44
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	30,39	-2,62	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	34,82	47,30
Outros Recebimentos Extraorçamentários	58,26	142,18	Outros Pagamentos Extraorçamentários	2,74	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	0,31	0,13	Valores Compensados	0,02	
Restituições a Pagar	0,15	0,01	Demais Pagamentos	2,73	
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		0,01			
Arrecadação de Outra Unidade	57,80	127,67			
Demais Recebimentos		14,37			
Saldo do Exercício Anterior	7.405,59	8.180,03	Saldo para o Exercício Seguinte	7.817,08	8.945,65
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.405,59	8.180,03	Caixa e Equivalentes de Caixa	7.817,08	8.945,65
TOTAL	21.911,92	19.529,32	TOTAL	21.911,92	19.529,32

Fonte: SIAFI-Web 2022 - Extraído do SIAFIWEB – MARÇO/2022

5.2) Balanço Patrimonial

VALORES EM MILHÕES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	31/03/2022	31/12/2021	ESPECIFICAÇÃO	31/03/2022	31/12/2021
ATIVO CIRCULANTE	12.123,56	11.730,30	PASSIVO CIRCULANTE	5.360,67	5.048,32
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.817,08	7.405,59	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	1.081,29	1.068,91
Créditos a Curto Prazo	3.975,35	4.153,53	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	666,82	603,26
Clientes	13,40	22,67	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	225,16	161,01
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	1.414,79	1.510,44	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	2,37	1,81
Demais Créditos e Valores	2.548,38	2.621,64	Transferências Fiscais a Curto Prazo	201,94	196,18
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo	-1,22	-1,22	Provisões a Curto Prazo	1,51	1,51
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	0,52	0,47	Demais Obrigações a Curto Prazo	3.181,57	3.015,65
Estoques	328,68	170,69			
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-			
VPDs Pagas Antecipadamente	1,93	0,01			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	260.780,03	260.523,93	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.969,49	1.909,97
Ativo Realizável a Longo Prazo	25.877,64	25.711,65	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	3,04	3,01
Créditos a Longo Prazo	25.877,64	25.711,65	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Clientes	201,38	201,38	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	315,93	315,93
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	15.573,56	15.503,02	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Dívida Ativa Não Tributária	138,87	138,87	Provisões a Longo Prazo	675,81	653,79
Demais Créditos e Valores	9.967,49	9.872,60	Demais Obrigações a Longo Prazo	974,71	937,24
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo	-3,67	-4,22	Resultado Diferido	-	-
Estoques	-	-			
Investimentos	14,06	14,03			
Participações Permanentes	12,06	12,04			
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	1,86	1,86	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	7.330,16	6.958,29
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	20,76	20,76			
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes	-10,55	-10,58			
Propriedades para Investimento	2,00	2,00			
Propriedades para Investimento	2,85	2,85			
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-0,85	-0,85	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	ESPECIFICAÇÃO	31/03/2022	31/12/2021
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	3.351,23	3.351,23
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	58,30	55,67
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Reservas de Capital	0,01	0,01
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Lucros	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Demais Reservas	86,13	12,76
Imobilizado	234.762,47	234.675,39	Resultados Acumulados	262.077,76	261.876,27
Bens Móveis	1.239,19	1.235,50	Resultado do Exercício	209,43	2.565,56
Bens Móveis	2.575,55	2.552,55	Resultados de Exercícios Anteriores	261.876,27	347.674,49
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-1.309,62	-1.290,31	Ajustes de Exercícios Anteriores	-7,94	-88.363,79
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-26,74	-26,74	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Bens Imóveis	233.523,29	233.439,89	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	265.573,44	265.295,93
Bens Imóveis	234.555,67	234.465,67			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-1.032,38	-1.025,78			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	125,86	122,85			
Softwares	125,09	122,08			

Softwares		177,72	174,44			
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-52,62	-52,36			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		0,49	0,49			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		0,49	0,49			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind.		0,00	0,00			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.		-	-			
Direitos de Uso de Imóveis		0,28	0,28			
Direitos de Uso de Imóveis		0,28	0,28			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis		-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis		-	-			
Diferido		-	-			
TOTAL DO ATIVO		272.903,60	272.254,22	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	272.903,60	272.254,22

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO		PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	31/03/2022	31/12/2021	ESPECIFICAÇÃO	31/03/2022	31/12/2021
ATIVO FINANCEIRO	8.064,18	7.667,88	PASSIVO FINANCEIRO	10.678,03	8.383,03
ATIVO PERMANENTE	264.839,41	264.586,35	PASSIVO PERMANENTE	6.284,60	5.985,37
			SALDO PATRIMONIAL	255.940,97	257.885,82

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO		PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	31/03/2022	31/12/2021	ESPECIFICAÇÃO	31/03/2022	31/12/2021
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	740,01	952,89	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	10.330,17	9.330,65
Atos Potenciais Ativos	740,01	952,89	Atos Potenciais Passivos	10.330,17	9.330,65
Garantias e Contragarantias Recebidas	173,33	168,26	Garantias e Contragarantias Concedidas	0,01	0,01
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	237,92	455,75	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	5.610,69	4.837,75
Direitos Contratuais	328,76	328,88	Obrigações Contratuais	4.719,47	4.492,89
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	740,01	952,89	TOTAL	10.330,17	9.330,65

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-5.172,38
Recursos Vinculados	2.558,53
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-69,27
Previdência Social (RPPS)	-517,95
Receitas Financeiras	-57,45
Dívida Pública	1.014,33
Alienação de Bens e Direitos	214,14
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	1.862,28
Outros Recursos Vinculados	112,44
TOTAL	-2.613,84

Fonte: SIAFI-Web 2022 - Extraído do SIAFIWEB – MARÇO/2022

5.3) Demonstrações das Variações Patrimoniais

VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	VALORES EM MILHÕES DE REAIS	
	31/03/2022	31/03/2021
VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	10.313,49	17.893,29
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	15,20	14,87
Impostos	-	-
Taxas	15,20	14,87
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	524,15	454,37
Contribuições Sociais	518,32	451,20
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	5,83	3,16
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	55,31	73,50
Venda de Mercadorias	21,49	43,82
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	33,82	29,68
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	178,55	129,50
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	31,76	25,92
Juros e Encargos de Mora	6,19	4,69
Variações Monetárias e Cambiais	3,69	0,14
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	136,91	98,74
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	8.789,70	8.819,93
Transferências Intragovernamentais	8.721,65	8.239,55
Transferências Intergovernamentais	0,70	-
Transferências das Instituições Privadas	3,19	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	64,16	580,38
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	611,27	8.187,77
Reavaliação de Ativos	0,23	20,93
Ganhos com Alienação	16,54	0,44
Ganhos com Incorporação de Ativos	178,51	7.779,37
Ganhos com Desincorporação de Passivos	415,96	387,02
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	0,03	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	139,33	213,36
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	21,27	10,43
Resultado Positivo de Participações	-	0,06
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	4,65	0,73
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	113,41	202,14

	31/03/2022	31/03/2021
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	10.104,06	9.820,14
Pessoal e Encargos	1.539,50	1.535,55
Remuneração a Pessoal	1.106,25	1.081,50
Encargos Patronais	361,58	396,78
Benefícios a Pessoal	27,09	27,75
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	44,57	29,52
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	699,93	686,58
Aposentadorias e Reformas	434,90	422,51
Penções	254,29	252,55
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	10,74	11,53
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	323,43	293,73
Uso de Material de Consumo	29,41	18,59
Serviços	261,41	244,91
Depreciação, Amortização e Exaustão	32,61	30,22
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	1,82	1,17
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	0,02	0,12
Variações Monetárias e Cambiais	0,82	0,03
Descontos Financeiros Concedidos	0,44	1,02
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	0,55	-
Transferências e Delegações Concedidas	6.717,68	6.217,84
Transferências Intragovernamentais	6.514,55	6.072,29
Transferências Intergovernamentais	111,96	9,73
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	91,16	135,82
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	733,37	987,75
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	0,27	7,39
Perdas com Alienação	0,36	8,56
Perdas Involuntárias	2,72	4,82
Incorporação de Passivos	619,01	570,24
Desincorporação de Ativos	111,01	396,72
Tributárias	5,27	8,55
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4,88	8,27
Contribuições	0,39	0,28
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	45,40	56,60
Custo das Mercadorias Vendidas	45,40	56,36
Custos dos Produtos Vendidos	-	0,24
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	37,67	32,36
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	0,44	0,47
Subvenções Econômicas	8,52	8,57
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	26,11	21,48
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	2,60	1,84
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	209,43	8.073,15

Fonte: SIAFI-Web 2022 - Extraído do SIAFIWEB – MARÇO/2022

5.4) Balanço Orçamentário

VALORES EM MILHÕES DE REAL				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	2.529,44	2.529,44	776,32	-1.753,12
Receitas Tributárias	70,77	70,77	10,64	-60,12
Impostos	-	-	-	-
Taxas	70,77	70,77	10,64	-60,12
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	1.476,95	1.476,95	525,12	-951,83
Contribuições Sociais	1.476,51	1.476,51	525,04	-951,47
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,44	0,44	0,08	-0,36
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	229,52	229,52	146,05	-83,47
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	7,93	7,93	3,49	-4,44
Valores Mobiliários	200,98	200,98	135,54	-65,44
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	20,61	20,61	7,02	-13,59
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	10,61	10,61	1,33	-9,27
Receita Industrial	0,08	0,08	-	-0,08
Receitas de Serviços	532,39	532,39	49,97	-482,42
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	62,19	62,19	18,21	-43,98
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	470,20	470,20	31,76	-438,44
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	4,04	4,04	3,89	-0,15
Outras Receitas Correntes	205,09	205,09	39,32	-165,77
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	45,15	45,15	14,30	-30,85
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	68,29	68,29	16,44	-51,85
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	0,18	0,18
Demais Receitas Correntes	91,64	91,64	8,39	-83,25
RECEITAS DE CAPITAL	6.443,65	6.443,65	870,19	-5.573,46
Operações de Crédito	12,70	12,70	-	-12,70
Operações de Crédito Internas	0,18	0,18	-	-0,18
Operações de Crédito Externas	12,52	12,52	-	-12,52
Alienação de Bens	558,24	558,24	24,67	-533,57
Alienação de Bens Móveis	470,23	470,23	1,14	-469,09
Alienação de Bens Imóveis	88,01	88,01	23,53	-64,47
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	5.871,83	5.871,83	845,52	-5.026,32
Transferências de Capital	0,88	0,88	-	-0,88
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-

Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	8.973,09	8.973,09	1.646,50	-7.326,58
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	8.973,09	8.973,09	1.646,50	-7.326,58
DEFICIT			4.163,80	4.163,80
TOTAL	8.973,09	8.973,09	5.810,30	-3.162,78
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	-415,00	-	415,00
Superávit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	-415,00	-	-

Fonte: SIAFI-Web 2022 - Extraído do SIAFIWEB – MARÇO/2022

VALORES EM MILHÕES DE REAL						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	12.531,98	12.116,98	5.741,13	2.215,59	1.606,61	6.375,85
Pessoal e Encargos Sociais	8.695,77	8.695,77	5.273,96	2.062,07	1.494,53	3.421,81
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	3.836,22	3.421,22	467,18	153,52	112,08	2.954,04
DESPESAS DE CAPITAL	9.765,51	9.765,51	69,17	53,44	52,72	9.696,34
Investimentos	1.260,28	1.260,28	7,83	0,62	-	1.252,45
Inversões Financeiras	8.505,23	8.505,23	61,34	52,83	52,72	8.443,90
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	492,61	492,61	-	-	-	492,61
SUBTOTAL DAS DESPESAS	22.790,10	22.375,10	5.810,30	2.269,03	1.659,33	16.564,80
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / FINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	22.790,10	22.375,10	5.810,30	2.269,03	1.659,33	16.564,80
TOTAL	22.790,10	22.375,10	5.810,30	2.269,03	1.659,33	16.564,80

Fonte: SIAFI-Web 2022 - Extraído do SIAFIWEB – MARÇO /2022

Anexos ao Balanço Orçamentário

ANEXO 1 – DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	203,86	611,39	330,28	262,79	6,99	545,47
Pessoal e Encargos Sociais	26,61	11,18	11,97	8,75	3,06	25,98
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	177,25	600,22	318,30	254,05	3,94	519,48
DESPESAS DE CAPITAL	2.693,66	3.901,56	977,46	899,44	4,29	5.691,50
Investimentos	1.651,46	2.290,37	137,46	67,18	4,29	3.870,36
Inversões Financeiras	1.042,20	1.611,20	840,00	832,26	-	1.821,13
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	2.897,52	4.512,96	1.307,74	1.162,23	11,28	6.236,97

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO	
DESPESAS CORRENTES	100,86	628,14	616,09	4,46	108,45	
Pessoal e Encargos Sociais	0,32	586,91	585,56	0,15	1,53	
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	
Outras Despesas Correntes	100,54	41,23	30,53	4,31	106,92	
DESPESAS DE CAPITAL	114,13	102,24	58,19	0,05	158,13	
Investimentos	73,10	93,47	49,42	0,03	117,13	
Inversões Financeiras	41,03	8,77	8,78	0,03	41,00	
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	
TOTAL	214,99	730,38	674,28	4,51	266,58	

Fonte: SIAFI-Web 2022 - Extraído do SIAFIWEB – MARÇO /2022

5.5) Demonstração dos Fluxos de Caixa

	VALORES EM MILHÕES DE REAL	
	31/03/2022	31/03/2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	9.484,86	8.962,27
INGRESSOS	10,64	10,41
Receita Tributária	525,12	425,09
Receita de Contribuições	146,05	8,07
Receita Patrimonial	1,33	1,45
Receita Agropecuária	-	0,01
Receita Industrial	49,97	39,49
Receita de Serviços	-	96,87
Remuneração das Disponibilidades	39,32	93,82
Outras Receitas Derivadas e Originárias	3,89	-
Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	3,89	-
Outras Transferências Recebidas	8.708,54	8.287,07
Outros Ingressos Operacionais	30,39	-2,62
Ingressos Extraorçamentários	0,15	0,01
Restituições a Pagar	-	0,01
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	8.620,20	8.147,63
Transferências Financeiras Recebidas	57,80	127,67
Arrecadação de Outra Unidade	-	14,37
Demais Recebimentos	-9.025,79	-8.591,27
DESEMBOLSOS	-2.227,03	-2.303,09
Pessoal e Demais Despesas	-	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-0,03	-0,02
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-118,16	-196,59
Assistência Social	-678,72	-671,12
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-0,55	-2,04
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-9,71	-9,13
Gestão Ambiental	-0,04	-0,01
Ciência e Tecnologia	-1.239,72	-1.240,75
Agricultura	-130,16	-143,84
Organização Agrária	-0,02	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	0,00	-

Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-50,23	-39,71
Encargos Especiais	0,31	0,13
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-350,74	-260,51
Transferências Concedidas	-96,04	-14,51
Intergovernamentais	-13,09	-6,74
A Estados e/ou Distrito Federal	-82,95	-7,77
A Municípios	-244,56	-243,92
Intragovernamentais	-10,14	-2,08
Outras Transferências Concedidas	-6.448,02	-6.027,67
Outros Desembolsos Operacionais	-34,82	-47,30
Dispêndios Extraorçamentários	-6.410,47	-5.980,37
Transferências Financeiras Concedidas	-0,02	
Valores Compensados	-2,73	
Demais Pagamentos	-47,58	394,62
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	870,19	760,92
INGRESSOS	24,67	11,89
Alienação de Bens	845,52	749,03
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-917,76	-366,30
DESEMBOLSOS	-10,67	-9,05
Aquisição de Ativo Não Circulante	-788,32	-314,24
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-118,78	-43,00
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	411,49	765,62
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	7.405,59	8.180,03
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	7.817,08	8.945,65
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	9.484,86	8.962,27

Fonte: SIAFI-Web 2022 - Extraído do SIAFIWEB – MARÇO /2022



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Relatório Contábil

5.6) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

VALORES EM MILHÕES DE REAL									
Especificação	Patrimônio / Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2021	3.351,23	18,58	0,01	18,96	12,76	347.674,49	-	-	351.076,03
Varição Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-1,39	-	-	-	-88.363,62	-	-	-88.365,01
Aumento/Redução de Capital	-	38,48	-	-	-	-	-	-	38,48
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	2.546,23	-	-	2.546,23
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-18,96	-	19,17	-	-	0,20
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2021	3.351,23	55,67	0,01	-	12,76	261.876,27	-	-	265.295,93
Saldo Inicial do Exercício 2022	3.351,23	55,67	0,01	-	12,76	261.876,27	-	-	265.295,93
Varição Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	0,05	-	-	-	-8,92	-	-	-8,87
Aumento/Redução de Capital	-	2,59	-	-	-	-	-	-	2,59
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	73,37	0,98	-	-	74,36
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	209,43	-	-	209,43
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2022	3.351,23	58,30	0,01	-	86,13	262.077,76	-	-	265.573,44

Fonte: SIAFI-Web 2022 - Extraído do SIAFIWEB – MARÇO/2022



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Relatório Contábil

6) Sistemas de Controle Interno desenvolvidos

6.1) Sistemas da Área Fim

SECRETARIA DE INOVAÇÃO, DESENVOLVIMENTO RURAL E IRRIGAÇÃO – SDI/MAPA

SIGABC - Sistema de Governança do Plano ABC

SIGMA - Sistema de Indicações Geográficas e Marcas

SELO ARTE - SGSA - Sistema de Gestão do Selo Arte

SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA SAP/MAPA

SIRGP – Sistema do Registro Geral da Atividade Pesqueira

SISTAINHA – Sistema do Registro Geral da Atividade Pesqueira

SSADP - Sistema de Subvenção ao Diesel Pesqueiro

RGP - Sistema de Relatório de Manutenção do Pescador Artesanal

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA – SDA/MAPA

DCPOA - Declaração de Conformidade de Produtos de Origem Animal

SISMAN - Sistema de Monitoramento de Atos Normativos

AGROFIT - Sistema de Agrotóxicos Fitossanitários

CEFITI - Catálogo de Exigências Fitossanitárias para o Trânsito Interestadual

PGA - Plataforma de Gestão Agropecuária

RENASEM - Registro Nacional de Sementes e Mudas

RECADASTRAMENTO - Sistema de Controle de Professores e Classificadores

SIARP - Sistema de Acompanhamento dos Processos de Análise de Risco de Pragas

SAC - Sistema de Auditoria e Credenciamento de Laboratórios

SAPE - Sistema de Acompanhamento de Projetos do Edital 64

SIPE2000 - Sistema de Cadastro e Estabelecimento e Registros de Produtos na Área Animal

SIPEAGRO - Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos Agropecuários

PGA-SIGSIF - Plataforma de Gestão Agropecuária - SIGSIF

SIPE - Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos - Web

SISCOLE - Sistema de Cadastro de Organismo e Laboratórios Estrangeiros

SISBOV - Sistema Brasileiro de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos

e-SISBRAVET - Sistema Brasileiro de Vigilância e Emergências Veterinárias

SISRES - Sistema de Controle de Resíduos

SISREC - Sistema de Informação de Requisitos e Certificados da Área Animal

SIGBIO - Sistema de Gerenciamento de Biossegurança

SIGPbc - Sistema de Informação Gerencial do Programa Bactrocera carambola

SIGPOA - Sistema de Gerenciamento de Produtos de Origem Animal

SIGEF - Módulo de Controle da Produção de Sementes e Mudas

SIGLA - Sistema de Informações Gerenciais para Lab. de Resíduos e Contam. em alimentos

SIGVIG - Sistema de Informações Gerenciais do Trânsito Internacional de Produtos e Insumos Agropecuários

SIGSIF - Sistema de Informações Gerenciais do SIF

SIMP - Sistema de Importação de Material Vegetal de Pesquisa

SISLAB - Sistema de Padrões Laboratoriais

AGROALERTAS - Sistema de Alerta Rápido Agropecuário

SIVIBE - Sistema de informações da área de vinhos e bebidas

e-SISBI-SGBI – Sistema de Gestão de Serviço de Inspeção

e-SISBI-SGE – Sistema de Gestão de Estabelecimento

SIGEP - Sistema de gerenciamento de estudos epidemiológicos

SGD-CGAL - Sistemas de Gestão de Demandas

SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR E COOPERATIVISMO – SAF/MAPA

SNPC - Sistema de Informações Documentais

SNPC - Cultivar Web

SIGORG - Modulo Público- Sistema de Informações Gerenciais da Produção Orgânica

SIGORG - Modulo Administrador - Sistema de Informações Gerenciais da Produção Orgânica

SIGPI - Sistema de Gestão da Produção Integrada



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA - SPA/MAPA

FUNCAFE - Sistema de Operacionalização das Linhas de Crédito do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira

SISSER - Sistema de Informação da Subvenção ao Seguro Rural

SISPROCER - Sistema de Processos da Comissão Especial de Recurso

SISZARC - Sistemas de zoneamento agrícola e risco climático

SAPCANA - Sistema de Acompanhamento de Produção Canavieira

SNCUA - Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras

SECRETARIA DE COMÉRCIO E INTERNACIONAIS - SRI/MAPA

ADIDOS - Sistema de controle de ADIDOS

SIENI - Sistema Integrado de Informações Estratégicas de Negociações Internacionais

AGROEVENTOS - Sistema de Eventos

AGROSTAT - Sistema de Estatísticas de Comercio Exterior do Agronegócio Brasileiro



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

6.2) Sistemas da Área Meio

GABINETE DA MINISTRA - GM

SIGME - Sistema de Gestão de Memória Executiva

SA - Sistema de Gestão Estratégica e de Projetos

ASSESSORIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO E EVENTOS - ACE/MAPA

Portal MAPA - Página web da Internet

ASSESSORIA PARLAMENTAR - ASPAR/GM

EP - Emendas Parlamentares

RP - Sistema de Relacionamento Parlamentar

SECRETARIA-EXECUTIVA - SE/MAPA

BINAGRI - Sistema da Base de Dados da Biblioteca Nacional de Agricultura

GESTCOM - Sistema de Gestão do Comportamento Organizacional

MAPAVITRO - Gestão de contratos

SGC - Sistema de Processo de Acompanhamento de Órgãos Colegiados

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas

SIGI - Sistema de Gestão Integrada

SIAD - Sistema de Autorização de Deslocamento

SIAGAM - Sistema de Informação de Apoio ao Gabinete do Ministro

SIGER - Sistema de Informação Gerenciais do Endividamento Rural

SISLEGIS - Sistema de Consulta a Legislação

CONJUR NORMAS - Sistema de Normas da Consultoria Jurídica

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO - DA/SE

AGROFORM - Sistema de formulários do MAPA

AUTENTICAÇÃO - Sistema de Controle de Acesso

ALMOX - Sistema de Almoxarifado

ALMOXARIFADO VIRTUAL - Sistema de Almoxarifado Virtual

CONFCON - Sistema de Conformidade Contábil

PATRIM - Sistema de Controle de Transferência de Bens Patrimoniais

PONTOWEB - Sistema de Registro Eletrônico de Frequência

SCVA - Sistema de Controle de Veículos Automotores do MAPA

SRH - Sistema de Controle de Recursos Humanos

SISAD - Sistema de Avaliação de Desempenho

SISPSM - Sistema Prêmio Servidor Mapa

SIPAS - Sistema de Controle do Plano de Assistência à Saúde

SICAR - Sistema de Controle de Arrecadação

SIGED - Sistema de Gestão Eletrônica de Documentos

SEI - Sistema Eletrônico de Informações

SIGESTI - Sistema de Gestão de TI

SCAWEB - Sistema de Controle de Acesso

SCES - Sistema de Controle de Entrada e Saída

SIGCLIMA - Sistema de Gestão do Ambiente Organizacional

SIOR - Sistema de Informações Orçamentárias

SOLICITA - Sistema de Solicitação de Acesso

THESAURUS - Sistema especializado em literatura agrícola

TIFACIL - Sistema gerenciador de chamados

CORREIO MAPA – Gerenciador de Correios

VÍDEO CONFERÊNCIA – Sistema de Vídeo Conferência

VOIP – Sistema de Gerenciamento de Voice sobre IP

MAPA DRIVE – Sistema de Nuvem de Arquivos

SKYPE FOR BUSINESS – Ferramenta de Mensageria

Contador Geral Responsável pelo MAPA

Alberto Jeronimo Pereira

Registro no CRC

DF 006624-T



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Relatório Contábil

7) Notas Explicativas

7.1) Base de Preparação das Demonstrações Contábeis e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis são as peças elaboradas pelo Setor Público em observância ao que contém na Lei nº 4.320/1964, no Decreto-Lei nº 200/1967, no Decreto nº 93.872/1986, na Lei nº 10.180/2001 e na Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

As Demonstrações Contábeis têm a sua elaboração a partir das informações extraídas do

Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as quais consolidam as contas do Mapa e de suas entidades no âmbito da administração direta e indireta, partes integrantes do Poder Executivo Federal.

Compõem as principais Demonstrações Contábeis do Mapa o Balanço Orçamentário (BO), o Balanço Patrimonial (BP) e a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) exigidos pela Lei nº 4.320/1964. As Demonstrações Contábeis estão complementadas pelas notas explicativas no item específico.

7.2) Resumo dos Principais Critérios e Políticas contábeis

Apresenta-se na sequência os principais critérios e políticas contábeis adotadas no âmbito do Mapa, órgão que faz parte da União, em consideração com as opções e premissas do Modelo do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP.

a. Moeda funcional

A moeda funcional praticada pelo Mapa e a moeda da apresentação das Demonstrações Contábeis é o Real. Caso haja algum saldo em moeda estrangeira, há a conversão para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

b. Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicados, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

No 1º trimestre de 2022, o **Mapa** apresenta o saldo de R\$ 7.817,08 milhões (sete bilhões, oitocentos e dezessete milhões e oitenta mil reais) destacando o valor de R\$ 3.499,03 (três bilhões, quatrocentos e noventa e nove milhões e trinta mil reais) em Recursos da Conta Única Aplicados pelo Fundo de Defesa da Economia Cacaueira.

b.1) Composição do “Caixa e Equivalente de Caixa” – no total de R\$ 7.817,08 milhões (sete bilhões, oitocentos e dezessete milhões e oitenta mil reais).

→ Moeda Nacional em 31/03/22 **R\$ 7.812,90 milhões**
→ Moeda Estrangeira em 31/03/22 **R\$ 4,17 milhões**

b.2) Composição do “Caixa e Equivalente de Caixa” em Moeda Nacional – no total de R\$ 7.812,90 milhões (sete bilhões, oitocentos e doze milhões e novecentos mil reais).

→ Conta Única - Subconta do Tesouro Nac. **R\$ 3.499,03 milhões**
→ Bancos Conta Movimento, Demais Contas **R\$ 5,65 milhões**
→ Títulos da Dívida Pública em poder da UG **R\$ 2.587,01 milhões**
→ Aplicações Financeiras de Liquidez **R\$ 38,15 milhões**
→ Recursos Liberados pelo Tesouro **R\$ 1.683,06 milhões**

C. Créditos a curto prazo

No 1º trimestre de 2022, o **Mapa** apresenta o saldo de R\$ 1.427,84 (um bilhão, quatrocentos e vinte e sete milhões e oitocentos e quarenta mil reais), compreendendo os direitos a receber a curto prazo, relacionados, principalmente, com:

- i. **Créditos tributários;**
- ii. **Créditos não tributários;**
- iii. **Dívida ativa;**
- iv. **Transferências concedidas;**
- v. **Empréstimos e financiamentos concedidos;**



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

No **Incra**, apresenta saldo de R\$ 24,10 milhões (vinte e quatro milhões e cento mil reais), decorrentes de títulos emitidos pela União no processo de regularização fundiária de terras situadas em áreas da União, inclusive as terras objeto de desapropriação e as terras situadas no âmbito da Amazônia Legal.

A composição dos Empréstimos e Financiamentos Concedidos destaca-se no total de R\$ 1.414,79 (um bilhão, quatrocentos e quatorze dez milhões e setecentos e noventa mil reais):

→ **Empréstimos Concedidos a Receber** – R\$ 24,10 milhões (vinte e quatro milhões e cem mil) do órgão **Incra**, referente à beneficiários da Reforma Agrária.

→ **Empréstimos a Conceder pelos Agentes Financeiros** – no total de R\$ 1.390,69 milhões (um bilhão, trezentos e noventa milhões e seiscentos e noventa mil reais) – FUNDO DE TERRAS há Empréstimos e Financiamentos a Conceder pelos Agentes Financeiros, conforme disposição do Art. 15 do Decreto nº 4892/03 em que a administração do Fundo somente efetua lançamentos a débito oriundos de capitalização do FTRA – relativo a rendimento da aplicação financeira do BNDES. Foram emitidas as seguintes Ordens Bancárias em 2020 para o BNDES: 2020OB800001, 2020OB800002, 2020OB800003, 2020OB800004 e 2020OB800005, porém, não houve a baixa contra a conta de Ativo e não foram constituídos ajustes para perdas, somente atualizações monetárias de rendimentos de aplicação financeira.

i. Adiantamentos;

Os adiantamentos do **Mapa** apresentam saldo em no 1º trimestre de 2022 de R\$ 315,18 milhões (trezentos e quinze milhões e cento e oitenta mil reais). Destacam-se, entre esses, os Adiantamentos de Pessoal de Décimo Terceiro Salário, R\$ 158,98 milhões (cento e cinquenta e oito milhões e novecentos e oitenta mil reais); o Adiantamento de Férias, R\$ 14,63 milhões (quatorze e quatro milhões e seiscentos e trinta mil reais), e a **Conab**, que possui Adiantamento a Fornecedores, com saldo de R\$ 100,02 milhões (cem milhões e vinte mil reais), dentre outras rubricas.

ii. Valores a compensar.

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros.

É constituído também de ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

d. Estoques

Apresenta saldo no 1º trimestre de 2022 de R\$ 328,68 milhões (trezentos e vinte e oito milhões e seiscentos e oitenta mil reais). Compreendem as mercadorias para revenda (dentre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

No 1º trimestre de 2022, os Estoques cresceram 91,485% com destaque a **Conab** (aumento de 129,09%) decorrente de compra de milho para estoque estratégico e estoque regulador do governo federal em armazéns de terceiros.

e. Ativo Realizável a Longo Prazo

No exercício financeiro do 1º trimestre de 2022, o **Mapa** apresenta o saldo de R\$ 25.877,64 milhões (vinte e cinco bilhões, oitocentos e setenta e sete milhões e seiscentos e quarenta mil reais). Compreendem os direitos a receber a longo prazo, principalmente com:

- i. **Créditos tributários;**
- ii. **Créditos não tributários;**
- iii. **Dívida ativa:** somente no **Incra** há a Dívida Ativa não Tributária com saldo de R\$ 138,87 milhões (cento e trinta e oito milhões e oitocentos e setenta mil reais);
- iv. **Empréstimos e financiamentos concedidos.**

→ **Empréstimos Concedidos a Receber** – R\$ 12.352,77 milhões (doze bilhões, trezentos e cinquenta e dois milhões e setecentos e setenta mil reais):

- a) No **Incra** no valor de R\$ 6.287,53 (seis bilhões, duzentos e oitenta e sete milhões e quinhentos e trinta mil reais), relativos a Fomento, Fomento Mulher, Semiárido, Florestal, Recuperação Ambiental, Cacau, Habitacional e Reforma Habitacional, com o objetivo de que o público da reforma agrária permaneça no campo.
- b) No **Funcafé** os Empréstimos Concedidos a Receber perfazem o total de R\$ 6.065,24 milhões (seis bilhões, sessenta e cinco milhões e duzentos e quarenta mil reais), relativos à Dação em Pagamento com várias Instituições Financeiras, com destaque relevante aos Bancos: Radobank International Brasil S/A, Banco Santander (Brasil) S/A e Banco do Brasil S/A.

→ **Financiamentos Concedidos a Receber** – no valor de R\$ 3.220,79 (três bilhões, duzentos e vinte milhões e setecentos e noventa mil reais):

- a) No **Incra** no valor de R\$ 86,35 milhões (oitenta e seis milhões e trezentos e sessenta mil reais);
- b) No **Fundo de Terras** no valor de R\$ 3.134,44 (três bilhões, cento e trinta e quatro milhões e quatrocentos e quarenta mil reais), valores que foram contabilizados nesta rubrica em gestões anteriores, sem reclassificação para o Ativo Circulante e sem provisão para perdas e baixa dos pagamentos.

Nos Estoques de longo prazo, os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

f. Investimentos

No 1º trimestre de 2022, apresenta saldo de R\$ 14,06 milhões (quatorze milhões e sessenta mil reais), compostos por:

- i. **Participações permanentes;**
- ii. **Propriedades para investimento; e**
- iii. **Demais investimentos.**

As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas, consórcios públicos e fundos realizados pela União. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas.

A União tem utilizado dois critérios para mensuração e avaliação desses bens: (i) valor justo; e (ii) custo depreciado.

No âmbito do **Mapa**, a **Embrapa** possui participações permanentes com saldo de R\$ 7,77 milhões (sete milhões e setecentos e setenta mil reais), com o devido registro da Provisão para Perdas Prováveis, e a **Conab** com o valor de R\$ 14,84 milhões (quatorze milhões e oitocentos e quarenta mil reais).

As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo.

g. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos que aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

O imobilizado representa 86,02% do Ativo Total do Órgão, e, no 1º trimestre de 2022, o **Mapa** possui o valor líquido de R\$ 234.762,47 milhões (duzentos e trinta e quatro bilhões, setecentos e sessenta e dois milhões e quatrocentos e setenta mil reais), do qual 95,80% está no **Incra**.

h. Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*Impairment*).

No **Mapa**, o Intangível bruto é de R\$ 178,49 milhões (cento e setenta e oito milhões e quatrocentos e noventa mil reais), e o valor amortizado equivale a R\$ 52,82 milhões (cinquenta e dois milhões e oitocentos e vinte mil reais).

O **Mapa** não realizou teste relativo à perda por Redução ao Valor Recuperável (*Impairment*) do ativo Intangível.

i. Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não no SPIUnet e de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês. No Manual SIAFI disponível no sítio da STN consta todas as regras referentes a Depreciação, Amortização ou Exaustão, inclusive, também, sobre a reavaliação e redução ao valor recuperável.

No **Mapa**, a Depreciação Acumulada de Bens Móveis perfaz o valor de R\$ 1.309,82 (um bilhão, trezentos e nove milhões e oitocentos e vinte mil reais), do qual 62,49% desse valor está concentrado na **Embrapa**.

j. Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da cessão, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

No **Mapa**, a Depreciação Acumulada de Bens Imóveis perfaz o valor de R\$ 923,48 milhões (novecentos e vinte e três milhões e quatrocentos e oitenta mil reais), do qual 43,26% desse valor está concentrado no **Incra**. E a Amortização Acumulada de Bens Imóveis é de R\$ 108,91 milhões (cem e oito milhões e novecentos e dez mil reais), sendo que 98,18% está registrada na **Embrapa**.

k. Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão:

- i. **Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais;**
- ii. **Empréstimos e financiamentos;**
- iii. **Fornecedores e contas a pagar;**
- iv. **Obrigações fiscais;**
- v. **Obrigações de repartições a outros entes;**
- vi. **Provisões; e**
- vii. **Demais obrigações.**

No **Mapa**, o Passivo Circulante apresenta saldo de R\$ 5.360,67 milhões (cinco bilhões, trezentos e sessenta milhões e seiscentos e setenta mil reais), o qual obteve maior destaque nos órgãos do **Incra**, com 35,09%, e do **Conab**, com 38,15%. E quanto ao Passivo Não Circulante, cujo valor total é de R\$ 1.969,49 milhões (um bilhão, novecentos e sessenta e nove milhões e quatrocentos e noventa mil reais), tem maior destaque a empresa **Conab** em 64,61%.

No 1º trimestre de 2022, o **Mapa** possui saldo de "Precatório de terceiros" no valor de R\$ 34,51 milhões (trinta e quatro milhões e quinhentos e dez mil reais), que tem maior destaque o **Incra**, com 94,11%, e neste trimestre teve aumento de referente à atualização dos precatórios alimentares e comuns.

A conta "Precatório de terceiros" no **Incra** registra as obrigações referente a precatórios, exceto precatórios de pessoal, de benefícios e de fornecedores de bens, materiais, serviços e utilidades.

l. Empréstimos e financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, da União a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (tem por base a emissão de títulos da dívida pública) e a dívida contratual (contratos de empréstimos).

No âmbito do **Mapa**, há empréstimos de curto prazo no saldo de R\$ 666,82 milhões (seiscentos e sessenta e seis milhões e oitocentos e vinte mil reais), especificamente na **Conab**, com 94,23%, representa o valor dos repasses de recursos pelo Tesouro Nacional para aquisição, manutenção e formação dos estoques públicos, vinculados a Política de Garantida de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04, tais valores retornam ao Tesouro Nacional na medida da realização dos estoques, e da recuperação de créditos" e R\$ 38,46 milhões (trinta e oito milhões e quatrocentos e sessenta mil reais) no Fundo de Terras.

m. Provisões

As provisões estão segregadas em seis categorias:

- i. **Riscos trabalhistas;**
- ii. **Riscos fiscais;**
- iii. **Riscos cíveis;**
- iv. **Repartição de créditos tributários;**
- v. **Provisões matemáticas; e**
- vi. **Outras.**

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões referentes às ações judiciais, nas quais a União figura diretamente no polo passivo, estão de acordo com a Portaria AGU nº 40, de 10 de fevereiro de 2015. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis da União estão registradas nas provisões a longo prazo.

As Provisões de Longo Prazo dividem-se em:

- a) Provisão para Riscos Fiscais na **Conab**, no valor de R\$ 30,14 milhões (trinta e milhões e cento e quarenta mil reais);
- b) Provisão para Indenizações Trabalhistas na **Embrapa**, no valor de R\$ 342,34 milhões (trezentos e quarenta e dois milhões e trezentos e quarenta mil reais) e na **Conab**, no valor de R\$ 260,07 milhões (duzentos e sessenta milhões e setenta mil reais);
- c) Provisões para riscos cíveis a longo prazo na **Conab**, no valor de R\$ 43,26 (quarenta e três milhões e duzentos e cinquenta mil reais) – ver item 9.6) Nota nº 003 – Provisões.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

7.3) Principais mudanças de Práticas Contábeis e Procedimentos Contábeis

Não houve mudanças nas práticas e procedimentos contábeis deste trimestre.

7.4) Mudanças de Estrutura Administrativa

- a. Em 2019 a MP 870, transformada na Lei nº 13.844 em 18/06/2019, e o Decreto nº 9667 de 02/01/2019 alteram a Estrutura do MAPA em que transfere as atividades de pesca e aquicultura, assistência técnica e extensão rural, irrigação e infraestrutura hídrica, políticas de agricultura familiar, reforma agrária, regularização fundiária, Amazônia Legal, terras indígenas e quilombolas, conservação e manejo de solo e da água, cooperativismo e associativismo, fundos de Terra e órgão gestor do Serviço Florestal Brasileiro, além das já existentes foram incorporadas ao Ministério;
- b. O Decreto nº 10.041, de 03/10/2019, DOU de 04/10/2019, altera a estrutura do Ministério da Economia, incluindo a Entidade Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo;
- c. No Decreto nº 10.253, de 03/10/2019, aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança; e
- d. Atualmente o Decreto nº 10.827, de 30/09/2021, aprova a Estrutura e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança e altera o Decreto nº 3.035 de 27/04/1999 e o Decreto nº 6.010 de 03/01/2007.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

8) Composição dos Principais Itens das Demonstrações Contábeis

8.1) Notas Explicativas – Balanço Financeiro

De acordo com o artigo nº 101 da Lei nº 4.320/64, os resultados gerais do exercício serão demonstrados nos Balanços. Assim, o Balanço Financeiro demonstrará o resultado financeiro obtido no exercício.

Quando confrontados os ingressos e dispêndios demonstrados no Balanço Financeiro é possível apurar o Resultado Financeiro, o qual poderá ser deficitário, quando os dispêndios forem maiores que os ingressos, ou superavitário, quando os ingressos forem maiores que os dispêndios.

Em análise ao Balanço Financeiro do 1º trimestre de 2022, vê-se que o Resultado Financeiro apurado foi superavitário de R\$ 7.817,08 milhões, e a sua formação é detalhada na tabela seguinte:

Tabela 01 – Demonstração do Resultado Financeiro.

	31/03/2022	31/03/2021	R\$ Milhões AH
(+) Ingressos	21.911,92	19.529,32	12,20%
(-) Dispêndios	14.094,84	10.583,67	33,18%
(=) Resultado Financeiro	7.817,08	8.945,65	-12,62%

Tabela nº 001 – Resultado Financeiro

Quando comparado o Resultado Financeiro apurado no 1º trimestre de 2022 com o mesmo período de 2021, observa-se da tabela acima aumento de 12,20%, justificado pelo acréscimo dos Recebimentos Extraordinários, o que representa em valores monetários cerca de R\$ 2.474,08 milhões.

A ocorrência dos ingressos e/ou dispêndios durante o exercício afeta diretamente as disponibilidades do Órgão, aumentando ou diminuindo o caixa da entidade.

Por meio da Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC também é possível apurar o Resultado Financeiro do Órgão através do confronto dos ingressos com os desembolsos. Quando confrontados o saldo de “Fluxo de Caixa das Atividades das Operacionais” com o saldo de “Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento”, deste órgão, encontra-se “Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa”, que somado a “Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial”, apura-se o Resultado Financeiro, que será equivalente ao “Saldo para Exercício Seguinte”, demonstrado no Balanço Financeiro (tabela abaixo), e ao saldo de “Caixa e Equivalentes de Caixa” demonstrado no Balanço Patrimonial.

Tabela 02 – Saldo para o trimestre seguinte.

ESPECIFICAÇÃO	31/03/2022	31/03/2021	R\$ Milhões AH
Saldo para o Exercício Seguinte	7.817,08	8.945,65	-12,62%
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.817,08	8.945,65	-12,62%

Tabela nº 002 – Saldo para o trimestre seguinte



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil

8.2) Notas Explicativas – Balanço Patrimonial

A. Balanço Patrimonial – ATIVO CIRCULANTE:

❖ Caixa e Equivalentes de Caixa:

Órgão	31/03/2022	31/12/2021	AH	R\$ Milhões
				AV (2022)
Mapa	524,85	479,51	9,46%	6,72%
Incra	2.959,63	2.959,58	0%	37,87%
Embrapa	301,19	238,20	26,44%	3,85%
Conab	357,03	297,04	20,20 %	4,57%
Funcafé	3.522,93	3.302,17	6,69%	45,08%
SFB	3,13	0,31	0%	0,00%
Fundo de Terras	148,31	128,77	15,17%	1,90%
Total	7.817,07	7.405,59	5,52%	100,00%

Tabela nº 003 – Caixa e Equivalentes de Caixa – por Órgãos

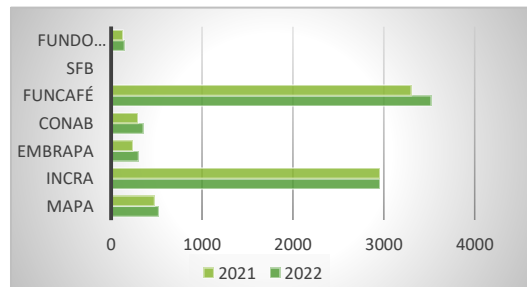


Figura nº 001 – Caixa e Equivalentes de Caixa - Órgãos

Em relação à **Conta Caixa e Equivalentes de Caixa** por órgão, destacou-se a variação horizontal de 26,44% da **Embrapa**, decorrente de despesas com a folha de pagamento dos empregados; de 20,20% da **Conab**, em razão das despesas de custeio; de 15,17% no órgão **Fundo de Terras**, decorrente de crédito fundiário; 9,46% do **Mapa**, decorrente, em sua maioria, da folha de pagamento; e, por último, 6,69% do **Funcafé**, com a maior fatia oriunda de despesas financeiras.

Caixa e Equivalentes de Caixa	31/03/2022		31/12/2021	
	Saldo R\$	% do total	Saldo R\$	% do total
CTU - RECURSOS DA CONTA UNICA APLICADOS	3.499,03	44,76%	3.285,59	52,00%
DEMAIS CONTAS - BANCO DO BRASIL	5,39	0,07%	5,39	0,07%
DEMAIS CONTAS - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	0,26	0%	0,26	0,00%
TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA	2.401,98	30,73%	2.188,03	29,55%
TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA EM TRÂNSITO	185,03	2,37%	398,64	5,38%
APLICAÇÃO FINANCEIRA DE LIQUIDEZ IMEDIATA	38,15	0,49%	39,11	0,53%
LIM DE SAQUE C/VINC.PAGTO- ORDEM PAGTO – OFSS	1.238,89	15,85%	913,06	12,33%
LIM DE SAQUE C/VINC.PAGTO- ORDEM PAGTO – ORDEM DE PAGAMENTO	444,17	5,68%	569,51	7,69%
BANCOS CONTA MOVIMENTO BANCOS OFICIAIS EXTER.	4,17	0,05%	4,97	0,07%
Total	7.817,07	100,00%	7.405,60	100,00%

Tabela nº 004 - Caixa e Equivalentes de Caixa – Composição



Figura nº 002 - Caixa e Equivalentes de Caixa - Composição

A conta **CTU - Recursos da Conta Única Aplicados** representa 44,76% do total da rubrica e refere-se às aplicações financeiras do órgão **Funcafé** na Conta Única da União.

Em relação aos **Títulos da Dívida Agrária**, que equivalem a 30,73%, referem-se às apropriações de títulos para realização de pagamentos relacionados a política de reforma agrária, registrados no órgão **Incra**.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

❖ Empréstimos e Financiamentos Concedidos:

Órgão	R\$ Milhões			
	31/03/2022	31/12/2021	AH	AV (2022)
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	24,10	151,49	-84,09%	1,70%
FUNDO DE TERRAS	1.390,69	1.358,95	2,34%	98,30%
Total	1.414,79	1.510,44	-6,63%	100,00%

Tabela nº 005 – Empréstimos e Financiamentos Concedidos

Os Empréstimos e Financiamentos Concedidos do órgão **Fundo de Terras** representam 98,30% do valor total da rubrica e são referentes à capitalização do Fundo de Terras e da Reforma Agrária (FTRA).

❖ Demais Créditos e Valores a Curto Prazo:

Órgão	R\$ Milhões			
	31/03/2022	31/12/2021	AH	AV (2022)
Mapa	576,54	625,86	-7,88%	22,63%
Incra	270,65	265,52	1,93%	10,62%
Embrapa	103,19	138,94	-25,73%	4,05%
Conab	1.556,28	1.542,67	0,88%	61,09%
Funcafé	15,42	22,36	-31,04%	0,61%
SFB	25,43	25,42	0,04%	1,00%
Total	2.547,51	2.620,76	-2,79%	100,00%

Tabela nº 006 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

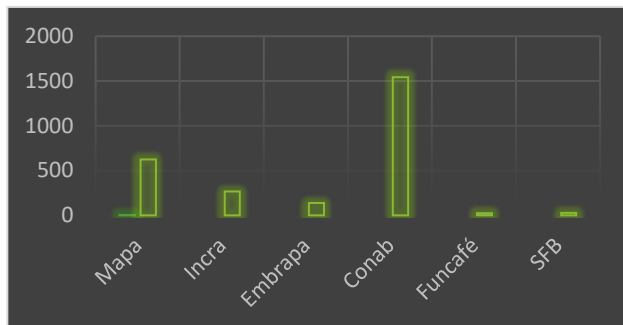


Figura nº 003 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Os Demais Créditos e Valores a Curto Prazo tiveram diminuição de 2,79%, devido principalmente ao **Mapa**, que reduziu 7,88% desse item, no entanto, detém uma fatia de 22,63% desses recursos, a **Embrapa** que reduziu 25,73% e ao **Funcafé**, que reduziu 31,04%, muito embora represente apenas 0,61% do total deste subgrupo. Apesar de constar um discreto aumento de 0,88% comparado ao ano de 2021, a **Conab** possui a maior parcela dos valores que constam na conta Demais Créditos e valores a Curto Prazo, o equivalente a 61,09% do total. Esse percentual corresponde, principalmente, a recursos da União a serem recebidos na conta Única do Tesouro Nacional.

❖ Estoques:

Órgão	R\$ Milhões			
	31/03/2022	31/12/2021	AH	AV (2022)
Mapa	14,21	13,44	5,73%	4,32%
Incra	2,91	2,81	3,56%	0,89%
Embrapa	46,74	39,80	17,44%	14,22%
Conab	264,80	115,59	129,09%	80,57%
SFB	0,01	0,00	-	0,00%
Total	328,67	171,65	91,48%	100,00%

Tabela nº 007 – Estoques

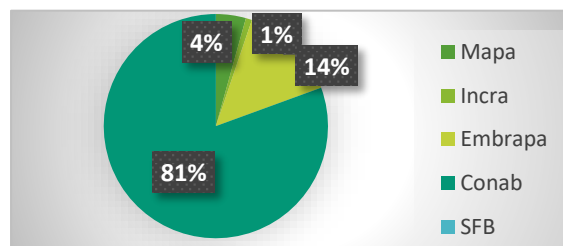


Figura nº 004 – Estoques

Em relação aos Estoques, destaca-se a empresa **Conab**, que aumentou 129,09% em relação a 2021 e representa 80,57% do valor total. O aumento do estoque decorre de mercadorias para revenda relativas a estoques estratégicos do Governo Federal em armazéns de terceiros.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

B. Balanço Patrimonial – ATIVO NÃO CIRCULANTE:

❖ Empréstimos e Financiamentos Concedidos a Longo Prazo e Dívida Ativa Não Tributária:

Empréstimos e Financiamentos Concedidos

Órgão	31/03/2021	31/12/2021	AH	R\$ Milhões	
				AV (2021)	AV (2022)
MINIST. DA AGRICULTURA	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
INCRA	6.373,88	6.222,57	2,43%	40,93%	40,93%
FUNCAFE	6.065,24	6.146,00	-1,31%	38,94%	38,94%
FUNDO DE TERRAS	3.134,4	3.134,44	0,00%	20,13%	20,13%
Total	15.573,52	15.503,02	0,45%	100,00%	100,00%

Tabela nº 008 – Empréstimos e Financiamentos Concedidos

Os empréstimos e Financiamentos Concedidos tiveram aumento de 0,45%, destacando-se o **Incra**, que aumentou em 2,43%.

Ademais, há apenas registro de Ajustes de Perdas em Créditos a Longo Prazo de R\$ 3,67 milhões (três milhões e seiscentos e setenta mil reais) na **Embrapa** e na **Conab**.

Dívida Ativa Não Tributária

Órgão	31/03/2022	31/12/2021	R\$ Milhões	
			AV (2021)	AV (2022)
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	138,87	138,87	100,00%	100,00%
Total	138,87	138,87	100,00%	100,00%

Tabela nº 009 - Dívida Ativa Não Tributária

A Dívida Ativa Não Tributária do **Incra** (100% do total da rubrica) é resultado de inscrições em dívida ativa realizadas na Procuradoria Federal Especializada, estando relacionadas, em sua maior parte, as publicações de Acórdãos emitidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU, decorrentes de julgamentos de Tomadas de Contas Especiais instauradas na Autarquia citada.

❖ Demais Créditos e Valores a Longo Prazo:

Órgão	31/03/2022	31/03/2021	AH	R\$ Milhões	
				AV (2021)	AV (2022)
Mapa	57,11	53,05	7,65%	0,57%	0,57%
Incra	8.155,81	8.145,14	0,13%	81,85%	81,85%
Embrapa	391,61	366,11	6,97%	3,93%	3,93%
Conab	1.357,85	1.302,63	4,24%	13,63%	13,63%
Funcafé	1,45	1,45	0%	0%	0%
SFB	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
Total	9.963,83	9.868,38	0,97%	100,00%	100,00%

Tabela nº 010 – Demais Créditos e Valores a Longo Prazo

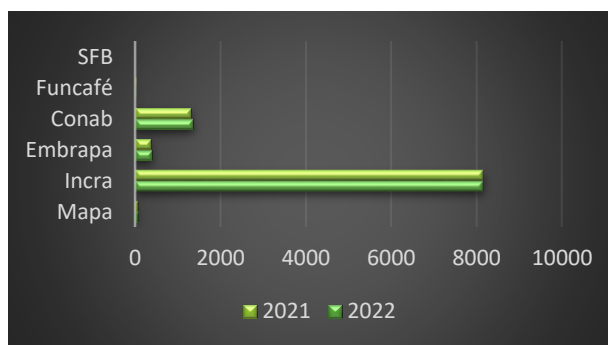


Figura nº 005 – Demais Créditos e Valores a Longo Prazo

Os Demais Créditos e Valores a Longo Prazo tiveram leve aumento de 0,97% e o órgão **Incra** representa 81,85% do total da rubrica, cujo valor de R\$ 8.155,81 milhões (oito bilhões, cento e cinquenta e cinco milhões e oitocentos e dez mil reais) refere-se aos registros de Créditos a Receber referentes à Regularização Fundiária.

Ademais, no período, destacou-se a variação horizontal de 6,97% na **Embrapa**, que apesar de não apresentar a maior variação percentual, em termos absolutos, foi a que apresentou maior representatividade e é oriunda de depósitos judiciais efetuados.

- ❖ O Imobilizado é objeto de análise a parte conforme a Nota nº 004;
- ❖ O Intangível é objeto de análise a parte conforme a Nota nº 005;
- ❖ Os Investimentos são objeto de análise a parte conforme a Nota nº 006.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil

C. Balanço Patrimonial – Passivo Circulante:

ESPECIFICAÇÃO	R\$ Milhões			
	31/03/2022	31/12/2021	AH	AV (2022)
PASSIVO CIRCULANTE	5.048,32	5.958,58	-15,28%	100,00%
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	1.068,91	1.129,20	-5,34%	21,17%
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	603,26	765,22	-21,17%	11,95%
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	161,01	363,11	-55,66%	3,19%
Obrigações Fixas a Curto Prazo	1,81	1,39	30,22%	0,04%
Transferências Fiscais a Curto Prazo	196,18	188,22	4,23%	3,89%

Tabela nº 011 – Passivo Circulante

Do total do Passivo Exigível no valor de R\$ 7.330,16 milhões (sete bilhões, trezentos e trinta milhões e cento e sessenta mil reais), o Passivo Circulante representa 73,13% e seu saldo diminuiu em 6,19%.

❖ **Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo:**

Órgão	R\$ Milhões			
	31/03/2022	31/12/2021	AH	AV (2022)
DEBITOS DE OPERACOES ESPECIAIS – CONAB	628,35	564,80	11,25%	94,23%
CONTRATOS DE EMPRESTIMOS INTERNOS - FUNDO DE TERRAS	38,46	38,46	0,00%	5,77%
Total	666,82	603,26	10,54%	100,00%

Tabela nº 012 – Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo

O saldo da **Conab** teve acréscimo de 11,25%, referente em sua maioria aos pagamentos de equalização da ação orçamentária 0299-AGF Equalização para a IF 955 - **Conab**. O saldo restante representa o diferimento dos repasses de recursos efetuados pelo Tesouro Nacional para aquisição, manutenção e formação dos estoques públicos vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04. Tais valores retornam ao Tesouro Nacional na medida da realização dos estoques e da recuperação de créditos, conforme Portaria Interministerial MAPA/MF nº 38/2004.

❖ **Os Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo são objeto de análise à parte conforme a Nota nº 001;**

❖ **Demais Obrigações a Curto Prazo:**

Órgão	R\$ Milhões			
	31/03/2022	31/12/2021	AH	AV (2022)
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	1.636,18	1.627,35	0,54%	51,43%
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	1.281,36	1.164,81	10,00%	40,27%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	181,26	143,88	25,98%	5,70%
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	72,13	73,30	-1,60%	2,27%
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA	5,24	0,91	475,82%	0,16%
SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO	5,38	5,38	0,00%	0,17%
Total	3.181,57	3.015,65	5,50%	100,00%

Tabela nº 013 – Demais Obrigações a Curto Prazo

Na **Conab**, houve crescimento de 10%, decorrente ao aumento das transferências financeiras a comprovar por Transferências de Execução Descentralizada – TED. Embora esse percentual não seja o mais expressivo em termos percentuais, no que se refere a valores absolutos, foi o órgão que trouxe o valor mais expressivo no item de Demais Obrigações a Curto Prazo.

Quanto à variação positiva nas Obrigações a Curto Prazo destaca-se a **Embrapa**, com acréscimo percentual de 25,98%. Já o **Funcafé**, apesar de ter obtido aumento significativo de 475,82%, esse ganho é de pouca monta quando considerado o total do item Demais Obrigações a Curto Prazo.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

ESPECIFICAÇÃO	R\$ Milhões			
	31/03/2022	31/12/2021	AH	AV (2022)
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	3.181,57	3.015,65	5,50%	53,96%
VALORES RESTITUÍVEIS	135,40	107,34	26,14%	36,44%
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	3.046,17	2.907,77	4,76%	4,77%

Tabela nº 014 – Especificação das Demais Obrigações a Curto Prazo

A variação total das Demais Obrigações a Curto Prazo sofreu um pequeno acréscimo de 5,50% em relação ao exercício anterior.

D. Balanço Patrimonial – PASSIVO NÃO CIRCULANTE:

❖ Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Longo Prazo:

Órgão	R\$ Milhões			
	31/03/2022	31/12/2021	AH	AV (2022)
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	3,04	3,01	1,00%	100,00%
Total	3,04	3,01	1,00%	100,00%

Tabela nº 015 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Longo Prazo

Ocorreu diminuição decorrência do pagamento da dívida líquida consolidada de Precatórios de Pessoal e terceiros com a finalidade de pagamento, em atendimento ao TRF.

❖ Demais Obrigações a Longo Prazo:

Órgão	R\$ Milhões			
	31/03/2022	31/12/2021	AH	AV (2022)
Mapa	0,02	0,02	0%	0,00%
Incra	32,48	29,47	10,21%	3,33%
Embrapa	3,20	3,20	0%	0,33%
Conab	939,01	904,55	3,81%	96,34%
Total	974,71	937,24	4,00%	100,00%

Tabela nº 016 – Demais Obrigações a Longo Prazo

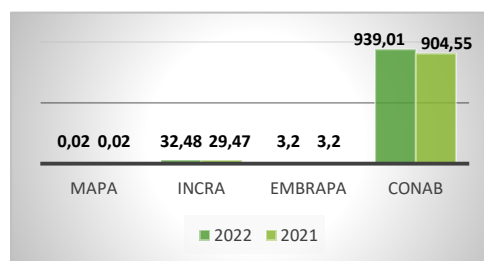


Figura nº 006 – Demais Obrigações a Longo Prazo

As Demais Obrigações a Longo Prazo tiveram aumento de 4%, principalmente por conta da **Conab**, no que se refere ao pagamento de precatórios a entidades privadas de previdência, e ao **Incra**, devido ao pagamento de precatórios de terceiros, como indicam, respectivamente, os aumentos de 10,21% e 3,81% em relação ao trimestre anterior.

	R\$ Milhões			
	31/03/2022	31/12/2021	AH	AV (2022)
Demais Obrigações a Curto Prazo	3.181,57	3.015,65	5,50%	76,55
Demais Obrigações a Longo Prazo	974,71	937,24	4,00%	23,45
Total	4.156,28	3.952,89	5,15%	100,00

Tabela nº 017 – Demais Obrigações



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

❖ As Provisões de Longo Prazo são objeto de análise a parte conforme a Nota nº 003.

❖ Depósitos Não Judiciais

O item “Depósitos Não Judiciais” registra os valores das obrigações exigíveis contraídas com o recolhimento de depósitos, bem como cauções vinculados a contratos ou outros instrumentos, para garantias de operações específicas. Em 31/03/2022, esse item apresentou um saldo de R\$ 8,25 milhões, com uma queda de 53,71% em relação ao saldo de 31/12/2021 de 15,36 milhões devido à considerável variação negativa nos depósitos e cauções recebidos, que saíram de 12,48 milhões em 31/12/2021 para 5,67 milhões em 31/03/2022. A **Conab** apresentou maior movimentação no que se refere aos depósitos não judiciais e ocupa a parcela mais significativa do item, conforme evidenciado na tabela a seguir.

Órgão	R\$ Milhões			
	Saldo em 31/12/2021	Saídas	Entradas	Saldo em 31/03/2022
MAPA	0,33	0,32	0,27	0,28
INCRA	0,18	0	0	0,18
EMBRAPA	0	0	0	0
CONAB	14,83	52,88	45,82	7,77
Fundo de Terras	0,02	0	0	0,02
Total	15,36	0	0	8,25

Tabela nº 018 – Depósitos Não Judiciais

E. Balanço Patrimonial – PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

❖ Ajustes de Exercícios Anteriores

Os ajustes de exercícios anteriores compõem a linha “Resultados Acumulados” do Balanço Patrimonial, que também é composta pelo resultado do exercício e pelos resultados de exercícios anteriores. Essas contas registram os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Em 31/03/2022, os ajustes de exercícios anteriores apresentaram um saldo credor de R\$ 9,15 milhões, conforme a tabela a seguir. Tendo em vista que a conta de ajuste de exercícios anteriores pode receber lançamentos tanto a débito quanto a crédito, dependendo do ajuste que está sendo feito, os valores estão organizados em ordem decrescente pelo valor em módulo (os valores negativos indicam saldos devedores).

Órgão	R\$ Milhões
	31/03/2022
MAPA	(0,1)
INCRA	9,16
SFB	0
Total	9,15

Tabela nº 019 – Ajustes de Exercícios Anteriores – por órgão



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

8.3) Notas Explicativas – Demonstrações das Variações Patrimoniais

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD). O resultado patrimonial apurado no primeiro trimestre de 2022 foi **superavitário** conforme demonstrado na tabela abaixo.

VARIÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS				R\$ Milhões
	31/03/2022	31/13/2021	AH%	
VARIÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	10.313,49	17.893,29	-42,36%	
VARIÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	10.104,06	9.820,14	2,89%	
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	209,43	8.073,15	-97,41%	

Tabela nº 020 – Variações Patrimoniais Quantitativas

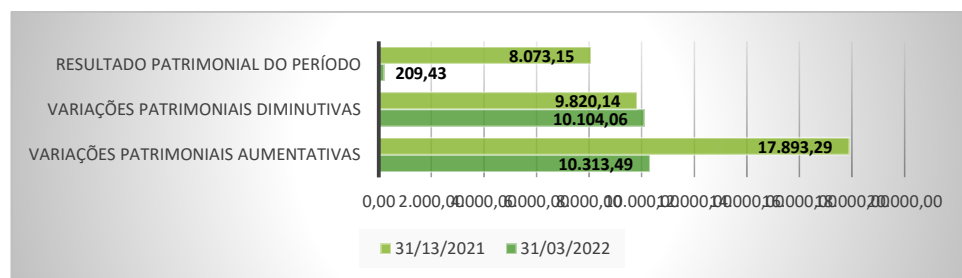


Figura nº 007 – Variações Patrimoniais Quantitativas

Na tabela da Variações Patrimoniais Quantitativas, o Resultado Patrimonial do Período teve redução de -97,41%, devido ao resultado dos registros de imóveis de uso especial no SPIUNET feitas em 2021, acumulando saldos no período anterior, voltando a normalidade no período atual.

Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA

As variações patrimoniais aumentativas - VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para o ME e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência.

	31/03/2022	31/03/2021	AH%	AV%	R\$ Milhões
VARIÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	10.313,49	17.893,29	42,36%	100,00%	
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	5,83	3,16	84,20%	0,06	
Vendas de Mercadorias	21,49	43,82	-50,95%	0,21%	
Variações Monetárias e Cambiais	3,69	0,14	2.561,29%	0,04	
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	611,27	8.187,77	-92,53%	5,93%	
Reavaliação de Ativos	0,23	20,93	-98,91%	-	
Ganhos com Alienação	16,54	0,44	3.642,10%	0,16%	
Ganhos com Incorporação de Ativos	178,51	7.779,37	-97,71%	1,73%	
Reversão de Provisões e ajustes para Perdas	4,65	0,73	534,91%	-	

Tabela nº 021 – Variações Patrimoniais Aumentativas

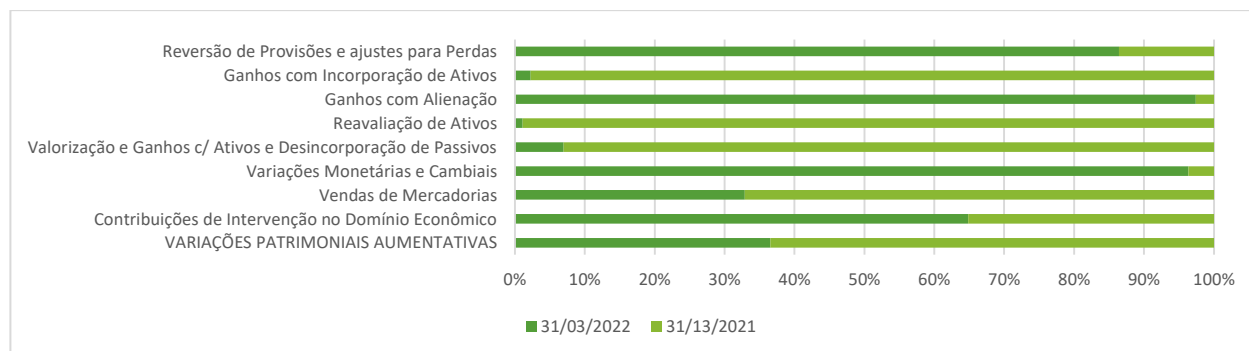


Figura nº 008 – Variações Patrimoniais Aumentativas



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

a) VPA – Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico

Aumento de 84,20% da Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE, Contribuição especial de competência Exclusiva da União, com a arrecadação do Terceiro Decêndio em relação ao primeiro trimestre do exercício de 2021.

b) VPA – Vendas de Mercadorias

Em relação ao 1º trimestre de 2021 houve uma redução de 50,95% da venda de milho armazenado em Estoque Estratégico da **Conab**.

c) VPA – Variações Monetárias e Cambiais

Trata-se de atualização Monetária referente a rendimento de Processo Judicial (depósitos restituíveis) da **Embrapa**.

d) VPA – Valorização e Ganhos C/ Ativos e Desincorporação de Passivos

A variação patrimonial de Ganhos com Incorporação de ativos teve uma redução de 92,53% em 2022 decorrente de registros de imóveis de uso especial no SPIUnet feitas em 2021 no **Incra**.

e) VPA – Reavaliação e Ativos

Impacto negativo de 98,91% decorrente da Reavaliação de Imóveis de uso especial no SPIUnet da Superintendência de Mato Grosso do **Incra**.

f) VPA – Ganhos com Incorporação de Ativos

A variação patrimonial de Ganhos com Incorporação de ativos teve uma redução de 97,71% em 2022 decorrente de registros de imóveis de uso especial no SPIUnet feitas em 2021 no **Incra**.

g) VPA – Ganhos com Alienação

Neste trimestre houve um aumento de 3.642,10% devido a registros de alienações de imóveis (Rodovia BR163. KM55) São Gabriel do Oeste – MS e Rodovia MS162 KM6) Sidrolândia - MS, ocorrendo ganhos com a venda de ativos onde seu valor é maior que o contábil.

h) VPA – Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas

- Ajuste de Provisões para Indenizações Fiscais dos Passivos Contingentes do 1º trimestre/2022 unidade Núcleo Estoque Regulador – Sede do órgão da **Conab**;
- Reclassificação para conta contábil tendo em vista o pronunciamento técnico - provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - dívida referente ao termo de acordo firmado entre a **Conab** e a CEASAMINAS unidade de Juiz de Fora/MG.
- Ajuste ação indenizatória SUREG/PE, referente Precatório, honorários sucumbenciais e desapropriação.

Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD

As variações patrimoniais diminutivas - VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos ou potenciais de serviços para o ME, implicando saída de recursos ou redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.

VARIACIONES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	R\$ Milhões			
	31/03/2022	31/03/2021	AH%	AV%
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas – Pessoal e Encargos	10.104,06	9.820,14	2,89%	
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas – Pessoal e Encargos	44,57	29,52	50,99%	0,44%
Uso de Material de Consumo	29,41	18,59	58,20%	0,29%
Juros e Encargos de Mora	0,02	0,12	-84,42%	-
Variações Monetárias e Cambiais	0,82	0,03	2483,46%	-
Descontos Financeiros Concedidos	0,44	1,02	-57,07%	-
Transferências Intergovernamentais	111,96	9,73	1050,63%	1,11%
Reavaliação, Redução e Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	0,27	7,39	-96,32%	-
Perdas com Alienação	0,36	8,56	-95,76%	-
Desincorporação de Ativos	111,01	396,72	-72,02%	1,10%
Custos dos Produtos Vendidos	0,00	0,24	-99,31	-

Tabela nº 022 – Variações Patrimoniais Diminutivas



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil



Figura nº 009 – Variações Patrimoniais Diminutivas

i) VPD – Reavaliação, Redução e Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas

Diminuição em 96,32% em comparação ao exercício de 2021 referente a Desvalorização de Imóveis de uso especial no SPIUNET com maior destaque os registros feitos nas Superintendências Estaduais da Paraíba e de Mato Grosso do **Incra**.

j) VPD – Perdas com Alienação

A Oscilação entre o trimestre de 2022 e 2021 ocasionando um decréscimo de 95,76%, refere-se a Baixa de Bem Patrimonial em decorrência da realização de Leilão de Bens Inservíveis do exercício de 2021 do **Mapa**.

k) VPD – Desincorporação de Ativo

A diminuição nesta rubrica dar-se-á pela Baixa em 2021 do valor dos imóveis registrados no SPIUNET DA Superintendência Regional de Santarém do Instituto nacional de Colonização e Reforma Agrária.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

8.4) Notas Explicativas – Balanço Orçamentário

a) Regime orçamentário e o critério de classificação adotados no orçamento aprovado.

O regime orçamentário adotado é o misto (caixa para a receita e competência para a despesa), conforme a lei nº 4.320/64, em seu art.35º, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

Os dados apresentados no Balanço Orçamentário são os valores do primeiro trimestre do **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa** da receita estimada e despesa fixada pela **Lei nº 14.303**, de 21 de janeiro de 2022, LOA para o exercício financeiro de 2022.

O total da previsão inicial das Receitas Correntes e das Receitas de Capital do 1º trimestre de 2022 é de R\$8.973,09 milhões (oito bilhões novecentos e setenta e três milhões e noventa mil reais), cujas receitas realizadas são de R\$1.646,50 milhões (um bilhão seiscentos e quarenta e seis milhões e quinhentos mil reais), equivalente à 18,34% das receitas previstas, conforme tabela de Receitas Realizadas no 1º Trimestre.

R\$ Milhões

RECEITAS REALIZADAS				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (c – b)
RECEITAS CORRENTES	2.529,44	2.529,44	776,32	-1.753,12
Receitas Tributárias	70,77	70,77	10,64	-60,12
Receitas de Contribuições	1.476,95	1.476,95	525,12	-951,83
Receita Patrimonial	229,52	229,52	146,05	-83,47
Receita Agropecuária	10,61	10,61	1,33	-9,27
Receita Industrial	0,08	0,08	-	-0,08
Receitas de Serviços	532,39	532,39	49,97	-482,42
Transferências Correntes	4,04	4,04	3,89	-0,15
Outras Receitas Correntes	205,09	205,09	39,32	-164,15
RECEITAS DE CAPITAL	6.443,65	6.443,65	870,19	-5.573,46
Operações de Crédito	12,70	12,70	-	-12,70
Alienação de Bens	558,24	558,24	24,67	-533,57
Amortização de Empréstimos	5.871,83	5.871,83	845,52	-5.026,32
Transferências de Capital	0,88	0,88	-	-0,88
SUBTOTAL DE RECEITAS	8.973,09	8.973,09	1.646,50	-7.326,58
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	8.973,09	8.973,09	1.646,50	-7.326,58
DEFICIT			4.163,80	4.163,80
TOTAL	8.973,09	8.973,09	5.810,29	-3.162,78
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS COM EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	-	-415,00	-	415,00

Fonte: SIAFI-Web 2022 – extraído do SIAFIWEB – março/2022.

A Despesa fixada, Despesa Corrente e Despesa de Capital, apresenta a dotação inicial de R\$22.790,10 milhões (vinte e dois bilhões setecentos e noventa milhões e cem mil reais), a despesa foi atualizada no valor de R\$22.375,10 (vinte e dois bilhões trezentos e setenta e cinco milhões e cem mil reais), neste trimestre, com Despesas Empenhadas de R\$5.810,30 (cinco bilhões oitocentos e dez milhões e trezentos mil reais), equivalente à 25,96% da dotação atualizada, conforme tabela de Execução da Despesa.

R\$ Milhões

EXECUÇÃO DA DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (a)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (b)	DESPESAS EMPENHADAS (c)	DESPESAS LIQUIDADAS (d)	DESPESAS PAGAS (e)	SALDO DA DOTAÇÃO (b – c)
DESPESAS CORRENTES	12.531,98	12.116,98	5.741,12	2.215,59	1.606,55	6.375,85
Pessoal e Encargos Sociais	8.695,77	8.695,77	5.273,96	2.062,07	1.494,53	3.421,81
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	3.836,22	3.421,22	467,16	153,52	112,08	2.954,05
DESPESAS DE CAPITAL	9.765,51	9.765,51	69,17	53,44	52,72	9.696,34
Investimentos	1.260,28	1.260,28	7,83	0,62	-	1.252,45
Inversões Financeiras	8.505,23	8.505,23	61,34	52,83	52,72	8.443,90
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	492,61	492,61	-	-	-	492,61
TOTAL	22.790,10	22.375,10	5.810,29	2.269,03	1.659,33	16.564,80



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

Fonte: SIAFI-Web 2022 – extraído do SIAFIWEB – março/2022.

Os Restos a Pagar Não Processados (RPNP), que são todas as despesas regularmente empenhadas e que não foram liquidadas no exercício financeiro anterior, ou seja, ainda não foi formalizado o processo de prestação de serviço ou entrega do bem pelo fornecedor, apresenta valor pago neste trimestre de R\$1.162,23 (um bilhão cento e sessenta e dois milhões e duzentos e trinta mil reais), referente à 18,63% do total dos Restos a Pagar não Processados: os inscritos em exercícios anteriores mais os inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior menos os cancelados, de acordo com o Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar não Processados.

R\$ Milhões

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	203,86	611,39	330,25	262,79	6,99	545,47
Pessoal e Encargos Sociais	26,61	11,18	11,97	8,75	3,06	25,98
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	177,25	600,22	318,28	254,05	3,94	519,48
DESPESAS DE CAPITAL	2.693,66	3.901,56	977,46	899,44	4,29	5.691,50
Investimentos	1.651,46	2.290,37	137,46	67,18	4,29	3.870,36
Inversões Financeiras	1.042,20	1.611,20	840,00	832,26	-	1.821,13
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	2.897,52	4.512,96	1.307,72	1.162,23	11,28	6.236,97

Fonte: SIAFI-Web 2022 – extraído do SIAFIWEB – março/2022.

Quanto aos Restos a Pagar Processados, que são todas as despesas regularmente empenhadas e liquidadas no exercício financeiro anterior, apresenta valor pago neste trimestre de R\$674,28 (seiscentos e setenta e quatro milhões e duzentos e oitenta mil reais), referente à 71,66% do saldo dos Restos a Pagar Processados: os inscritos em exercícios anteriores mais os inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior menos os cancelados, conforme o Demonstrativo de Execução Restos a Pagar Processados e não Processados Liquidados.

R\$ Milhões

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	100,86	628,14	616,09	4,46	108,45
Pessoal e Encargos Sociais	0,32	586,91	585,56	0,15	1,53
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	100,54	41,23	30,53	4,31	106,92
DESPESAS DE CAPITAL	114,13	102,24	58,19	0,05	158,13
Investimentos	73,10	93,47	49,42	0,03	117,13
Inversões Financeiras	41,03	8,77	8,78	0,03	41,00
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	214,99	730,38	674,28	4,51	266,58

Fonte: SIAFI-Web 2022 – extraído do SIAFIWEB – março/2022.

b) Resultado Orçamentário.

O resultado orçamentário é originado a partir do confronto entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

Até o primeiro trimestre de 2022, as receitas realizadas montaram a quantia aproximada de R\$1.646,50 bilhões, enquanto as despesas empenhadas perfizeram o montante de R\$5.810,30 bilhões, ocasionando um resultado orçamentário deficitário de R\$4.163,80 bilhões no referido período, este déficit orçamentário não é uma irregularidade, pois o órgão não é agente arrecadador, mas executor de despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos.

De acordo com informações extraídas do Balanço Orçamentário, o empenho de despesas alcançou cerca de 25,96 % da dotação atualizada (R\$ 22.375,10 bilhões) para o exercício de 2022.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

A realização de receitas no primeiro trimestre de 2022, alcançou 18,34% da previsão atualizada de arrecadação (R\$8.973,09 bilhões).

No gráfico a seguir, demonstra-se o comportamento das receitas realizadas das despesas empenhadas e das receitas realizadas.

GRÁFICO – RECEITAS E DESPESAS – PREVISÃO X EXECUÇÃO

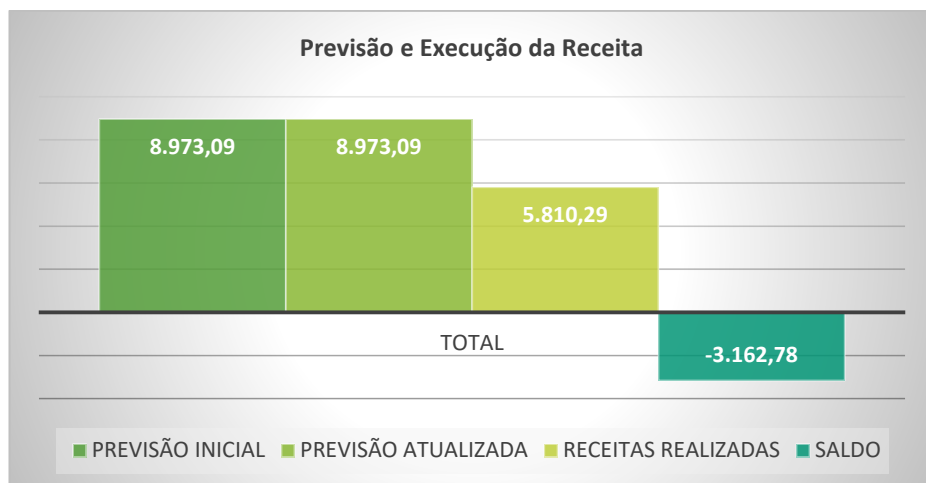


Figura nº 010– Receitas e Despesas – Previsão x Execução

GRÁFICO – DOTAÇÃO INICIAL X EXECUÇÃO DA DESPESA

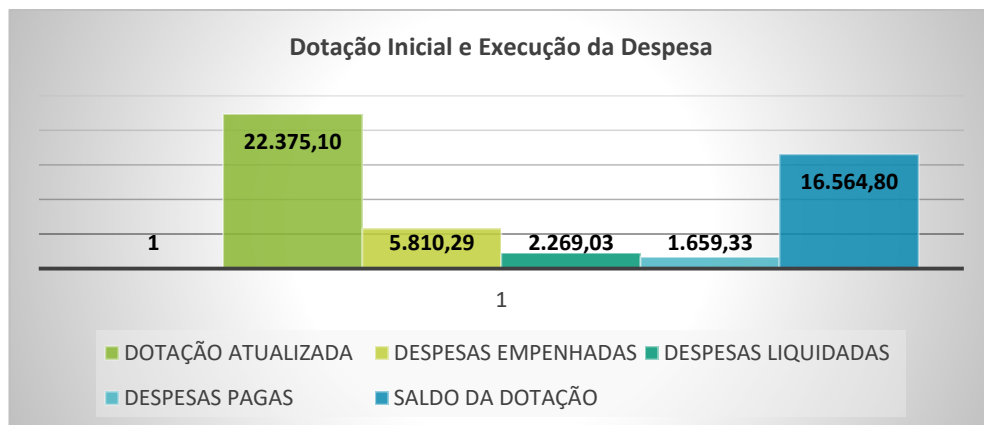


Figura nº 011 – Dotação Inicial x Execução da Despesa

c) Entidades abrangidas:

Órgãos Subordinados	Unidade Orçamentária
I – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA	22101, 72122, 74104,
II – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA	22201, 93182
III – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA	22202, 93183
IV – Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB	22211, 93184
V – Serviço Florestal Brasileiro – SFB	22106, 73115, 93181
VI – Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – FUNCAFE	22906, 74901
VII – Fundo de Terras e da Reforma Agrária – FTRA	49901, 74906

Tabela nº 023 – Entidades abrangidas



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil

d) Detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias, quando relevante:

As despesas intraorçamentárias decorrentes da emissão de Termo de Execução Descentralizada – TED, são discriminadas por:

- Descentralizações Concedidas pelo **Mapa**: R\$ 1.753,54 milhões (um bilhão setecentos e cinquenta e três milhões e quinhentos e quarenta mil reais), sendo 40% do órgão **Ministério da Agricultura** e 53% do **Incra**.
- Descentralizações Recebidas para o **Mapa**: R\$1.519,35 milhões (um bilhão e quinhentos e dezenove milhões e trezentos e cinquenta mil reais), com valores expressivos no órgão da **Conab**, representando 77% do total firmado.

R\$ Milhões

Órgão	TED'S RECEBIDAS PARA O MAPA				TED'S CONCEDIDAS PELO MAPA			
	VALORES FIRMADOS	TED A RECEBER	TED A COMPROVAR	TED COMPROVADO	VALORES FIRMADOS	A REPASSAR	A COMPROVAR	COMPROVADO
Min. Agricultura	68,20	32,44	26,79	8,46	696,63	233,92	444,54	16,38
Incra	144,17	90,93	53,25	0,00	937,55	703,45	234,10	0,00
Embrapa	132,69	24,31	88,86	13,13	75,78	47,34	17,38	10,81
Conab	1.168,79	79,70	1.056,64	7,61	0,00	0,00	0,00	0,00
Funcafé	0,00	0,00	0,00	0,00	13,24	0,00	5,55	7,68
SFB	5,50	0,12	5,38	0,00	30,33	4,91	25,42	0,00
Total	1.519,35	227,50	1.230,91	29,20	1.753,54	989,62	727,00	34,87

Tabela nº 024 – TEDs

e) Detalhamento das despesas executadas por tipos de créditos (inicial, suplementar, especial extraordinário)

Os créditos orçamentários de Dotação Inicial, aqueles aprovados pela LOA, totalizou R\$ 22.790,10 milhões (vinte e dois bilhões setecentos e noventa milhões e cem mil reais), e no primeiro trimestre ocorreu um decréscimo de 415,00 milhões (quatrocentos e quinze milhões de reais) resultando uma dotação atualizada totalizou R\$22.375,10 (vinte de dois bilhões trezentos e setenta e cinco milhões e cem mil reais).

R\$ Milhões

DESPESAS EXECUTADAS POR TIPOS DE CRÉDITOS						
Órgão UGE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO SUPLEMENTAR	DOTAÇÃO ESPECIAL	DOTAÇÃO EXTRAORDINÁRIA	DOTAÇÃO CANCELADA E REMANEJADA	TOTAL
Min. Agricultura	7.671,97				415,00	7.256,97
Incra	3.486,45					
Embrapa	3.377,64					
Conab	1.622,12					
Funcafé	6.086,28					
SFB	65,03					
Fundo de Terras	480,61					
TOTAL	22.790,10				415,00	22.375,10

Tabela nº 025 – Despesas Executadas por tipo de Crédito

f) Utilização do Superávit Financeiro e da Reabertura de Créditos Especiais e Extraordinários, bem como suas influências no resultado orçamentário



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Administração Direta – não houve abertura de crédito suplementar, créditos Especiais e Extraordinários.

8.5) Notas Explicativas – Demonstrações dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é um demonstrativo que apresenta as entradas e saídas de caixa classificadas em fluxo de atividades, sendo eles: operacional, de investimento e de financiamento.

As atividades operacionais compreendem as entradas e saídas de caixa, isto é, os ingressos de recursos decorrentes da arrecadação de receitas orçamentárias e extraorçamentárias e os desembolsos efetuados tanto para o pagamento de despesas orçamentárias quanto extraorçamentárias do órgão.

As atividades de investimento estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo-se daquelas destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais do órgão. As receitas de capital compreendem a constituição de dívidas, a conversão em espécie de bens e direitos (alienações), reservas, bem como as transferências de capital recebidas. As despesas de capital, por sua vez, correspondem àquelas realizadas com o propósito de formar e/ou adquirir ativos reais, abrangendo, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente e concessões de empréstimos.

Por último, as atividades de financiamento compreendem as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida. Compreendem também a integralização do capital social de empresas dependentes.

Os fluxos de caixa das atividades de operacionais contribuíram para o resultado superavitário do período, em decorrência, principalmente, do ingresso de Transferências Financeiras Recebidas no primeiro trimestre de 2022.

Tabela – Demonstração do Fluxo de Caixa – Composição.

Detalhamento	31/03/2022	31/03/2021	AH (%)	R\$ Milhões	
				AV (%)	
Fluxo das Atividades Operacionais	459,06	371,00	23,74%	111,56%	
Fluxo das Atividades de Investimento	-47,58	394,62	-112,06%	-11,56%	
Fluxo das Atividades de Financiamento	-	-			
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	411,49	765,62	-46,25%	100,00%	
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	7.405,59	8.180,03	-9,47%		-
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	7.817,08	8.945,65	-12,62%		-

Tabela nº 026 – Demonstração do Fluxo de Caixa – Composição



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

8.6) Notas Explicativas – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL, verifica-se que o Patrimônio Líquido do Mapa apresentou um aumento de 0,10% neste trimestre em comparação com o exercício anterior, impulsionado pelo Resultado do Exercício que aumentou R\$ 209,43 milhões e pela Reserva de Reavaliação de Ativos, crescimento de R\$ 73,37 milhões.

A tabela abaixo demonstra os itens mais relevantes dentro do PL.

Tabela – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Composição.

Grupo de contas do Patrimônio Líquido	Saldo inicial 31/12/2021	Aumento	Redução	R\$ Milhões	
				Saldo final 31/03/2022	AH
Capital Social	3.351,23			3.351,23	0,00%
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC	55,67	2,64		58,30	4,72%
Reserva de Capital	0,01			0,01	0,00%
Reservas de Lucros	-			-	-
Demais Reservas	12,76	73,37		86,13	575,00%
Resultados Acumulados	261.876,27	201,49		262.077,76	0,08%
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-			-	-
Ações/Cotas em Tesouraria	-			-	-
Total	265.295,93			265.573,44	0,10%

Tabela nº 027 – Demonstração da DMPL



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

8.7) Nota nº 001 – Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31 de março de 2022, o **Mapa** apresentou um saldo de R\$ 541,09 (quinhentos e quarenta e um milhões e noventa mil reais), relacionados com fornecedores e contas a pagar de curto e longo prazo e representa uma redução de 13,45% em relação ao último ano.

A seguir apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros de curto e longo prazo.

Tabela 01 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.

COMPOSIÇÃO	R\$ Milhões		
	31/03/2022	31/12/2021	AH (%)
Circulante Curto Prazo	225,16	361,01	39,85%
Nacionais	225,16	361,01	39,85%
Estrangeiros			
Não Circulante (Longo Prazo)	315,93	315,93	0,00%
Nacionais	315,93	315,93	
Total	541,09	476,93	13,45%

Tabela nº 028 – Fornecedores e Contas a Pagar - Composição

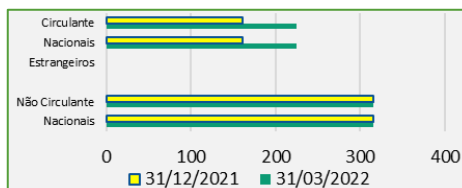


Figura nº 012 – Fornecedores e Contas a Pagar

Para os Fornecedores e Contas Pagar de Curto Prazo e Longo Prazo em 31/03/2022 os saldos relevantes são os Fornecedores Nacionais de Curto Prazo.

Quanto ao Curto Prazo verifica-se um decréscimo de 39,85%.

Na continuação apresenta-se a tabela relacionando-se os Órgãos contratantes com valores mais expressivos de Fornecedores e Contas a Pagar na data base de 31/03/2022.

Tabela 02 – Fornecedores e Contas a Pagar – por Órgão Contratante.

ÓRGÃOS	R\$ Milhões			
	31/03/2022	31/12/2021	AV (%)	AH(%)
FUNCAFE	315,86	315,86	58,38	138,1
MAPA	75,25	78,70	13,91	-4,38
CONAB	27,00	44,49	4,99	-39,32
INCRA	64,36	30,70	11,89	109,61
EMBRAPA	58,61	7,17	10,83	717,31
SFB	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	541,08	476,93	100,00	

Tabela nº 029 – Fornecedores e Contas a Pagar – por Órgão



Figura nº 013 – Fornecedores e Contas a Pagar – por Órgão

No âmbito do **Mapa** o **Funcafé** é responsável por 58,38% do total das obrigações.

Na tabela apresentada a seguir relacionam-se os fornecedores mais significativos do **Mapa** saldos em aberto, na data base de 31/03/2022.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil

Tabela 03 – Fornecedores e Contas a Pagar – por Fornecedor.

FORNECEDOR	R\$ Milhões	
	31/03/2022	AV (%)
BANCO DO BRASIL SA	316,08	70,32
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	59,68	13,28
FUNDAÇÃO ARTHUR BERNARDES	25,18	5,6
HPE AUTOMOTORES DO BRASIL LTDA	20,53	4,57
SODEXO PASS DO BRASIL SERVIÇOS E COMÉRCIO S.A	8,00	1,78
CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS EMPREGADOS DA EMPRESA BRASILEIRA	6,03	1,34
COOPERATIVA DE TRABALHO AGRICOLA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA	4,00	0,89
TOPOSAT ENGENHARIA LTDA	3,75	0,83
SERPRO – SEDE - BRASÍLIA	3,32	0,74
COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA NOVA PALMA LTDA	2,91	0,65
Total	449,48	100,00

Tabela nº 030 – Fornecedores e Contas a Pagar – por Fornecedor

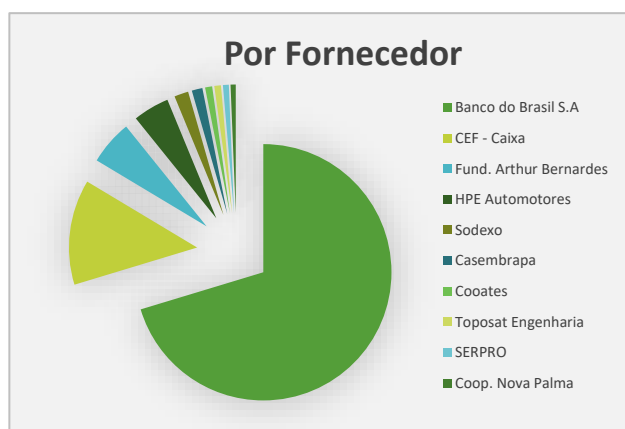


Figura nº 014 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor

Em relação ao fornecedor **Banco do Brasil**, o total de R\$ 316,08 (trezentos e dezesseis milhões e oitenta mil reais) é composto por obrigações de curto e longo prazos. As de longo prazo representam 99,93% do montante. Essa significativa porcentagem tem correlação direta com o órgão contratante **Funcafé**, R\$ 315,86 (trezentos e quinze milhões, oitocentos e sessenta mil reais).

Tomando como parâmetro os fornecedores mais expressivos, as obrigações com o **Banco do Brasil** representam 70,32% dentre os 10 (dez) primeiros, conforme ilustra a tabela nº 025 acima.

Em relação aos fornecedores no quadro a seguir são detalhadas as principais transações:

Quadro 01 – Fornecedores – Principais Transações

R\$ Milhões			
Fornecedor	Objeto	Valor	Data de Referência
Banco do Brasil S/A	Reconhecimento de Dívida – “DAÇÃO EM PAGAMENTO”.	315,86	31/12/2018
Caixa Econômica Federal	Contrato De Prestação De Serviços Que Entre Si celebram a União, por meio do Ministério Da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e a Caixa Econômica Federal,	72,14	09/12/2016 a 12/03/2017 Aditivo: 12/03/2017 12/06/2017 Aditivo: 26/04/2018 Contrato 17/2019 – Contrato 35/2020 – Contrato 05/2021 – Contrato 06/2021 – Contrato 28/2021

Tabela nº 031 – Fornecedores

O Reconhecimento de Passivos referente ao contrato “Dação em Pagamento”, - Banco do Brasil S/A - Medida Provisória nº 2.196, de 24.08.2001. Processos nº 70010.000765/2010-96 e 21000.00734 /2001-06 refere-se ao grupo Fornecedor e contas a pagar em Longo Prazo – órgão Funcafé registrado na UG do citado Órgão.

Conforme publicação no DOU, em 26 de abril de 2018 do EXTRATO DE CONTRATO Nº 1/2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento onde a Caixa Econômica Federal celebra Contrato de Prestação de Serviços abrangendo todas as atividades de gestão operacional para execução dos contratos de repasse firmados no âmbito dos programas e ações geridos pelo **Mapa**. Processo SEI nº 21000.012272/2018-60.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

8.8) Nota nº 002 – Obrigações Contratuais

De acordo com a posição do Balanço Patrimonial encerrado em 31/03/2022, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – **Mapa** possuía saldo a executar de Obrigações Contratuais no valor total de R\$ 4.719,46 milhões (quatro bilhões, setecentos e dezenove milhões e quatrocentos e sessenta reais), valor este extraído do quadro de compensações no Balanço Patrimonial para a data de 31/03/2022.

Segue tabela extraída do SIAFI consolidando as obrigações contratuais referentes ao 1º Trimestre de 2022.

Tabela 01 – Obrigações Contratuais – Composição.

ITENS	R\$ Milhões			
	31/03/2022	31/12/2021	AH	AV
Aluguéis	10,33	11,11	-7,02%	0,22%
Fornecimento de Bens	127,51	123,982	2,85%	2,70%
Empréstimos e Financiamentos	1231,51	1.231,54	0,00%	26,09%
Seguros	20,72	71,195	-70,90%	0,44%
Serviços	3314,99	3.040,664	9,02%	70,24%
Demais	14,41	14,41	0,00%	0,31%
Total	4.719,46	4.492,89	-66,04%	100,00%

Tabela nº 032 – Obrigações Contratuais - Composição

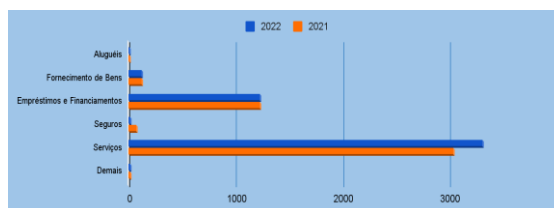


Figura nº 015 – Obrigações Contratuais - Composição

Com base nas informações da tabela 01, as obrigações contratuais do **Mapa** apresentaram decréscimo significativo na rubrica referente aos Seguros, que teve um decréscimo de 70,90%.

Dentre as obrigações contratuais relacionadas, as de Serviços representam 70,24% do total das obrigações assumidas pelo Ministério.

Tabela 02 – Obrigações Contratuais – por Órgão Contratante.

ÓRGÃO	R\$ Milhões	
	31/03/2022	AV
MINIST. DA AGRICULTURA	1.333,55	28,26%
INCRA	589,60	12,49%
EMBRAPA	302,52	6,41%
CONAB	1.220,56	25,86%
FUNCAFE	1.235,44	26,18%
SFB	37,80	0,80%
Total	4.492,89	100,00%

Tabela nº 033 – Obrigações Contratuais – por Órgão

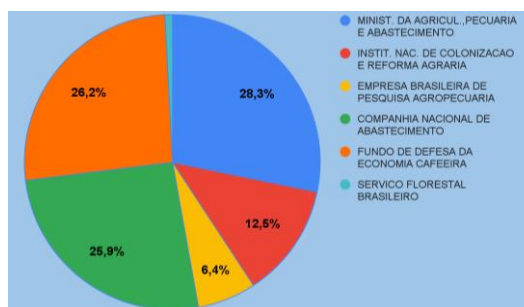


Figura nº 016 – Obrigações Contratuais – por Órgão

A tabela 02 acima, relaciona os órgãos subordinados contratantes na data-base de 31/03/2022. O órgão **Funcafé** possui maiores obrigações contratuais em torno de 26,18% do valor total das obrigações contratuais, sendo a maior parte dessas obrigações (99,67%) referentes a Empréstimos e Financiamentos – seguido da **Conab** – com 25,86% do valor total das obrigações contratuais, das quais 99,33% referem-se a contrato de Serviços.

Tabela 03 – Obrigações Contratuais – Por Contratado.

Contratado	R\$ Milhões	
	31/03/2022	AV
INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL - CIBRIUS	1.001,00	21,21%
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	344,33	7,30%
BANCO BRADESCO S.A.	213,14	4,52%
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA	207,34	4,39%
BANCO MUFG BRASIL S.A.	151,46	3,21%
SOXEXO PASS DO BRASIL SERVICOS E COMERCIO S.A.	142,92	3,03%
BANCO DO BRASIL SA	119,13	2,52%
BANCO CITIBANK S A	90,83	1,92%
BANCO RABOBANK INTERNATIONAL BRASIL S/A	90,12	1,91%
CAST INFORMATICA S/A	84,72	1,80%
Total dos 10 primeiros Contratados mais relevantes	2.445,00	51,81%
Demais Obrigações – Por Contratado.	2.274,47	48,19%
Total	4.719,47	100%

Tabela nº 034 – Obrigações Contratuais – por Contratado

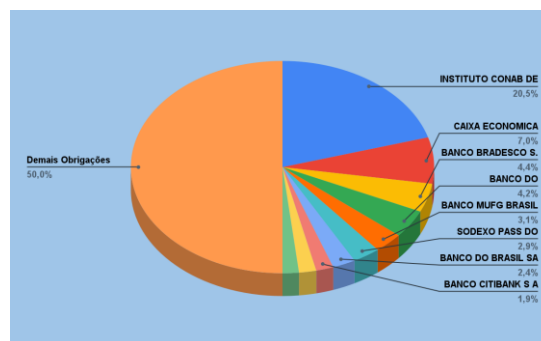


Figura nº 017 – Obrigações Contratuais – por Contratado

A tabela 03 acima relaciona os dez contratados que estão com os valores mais expressivos na data-base de 31/03/2022. Destacando a obrigação contratual com a CIBRIUS, no valor de R\$ 1.001 milhões, que é um contrato da **Conab**, representando 81,20% do total das obrigações contratuais dessa empresa e quanto à obrigação contratual de Serviços assumida pelo Mapa (tabela 01), representa 25,86%.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

8.9) Nota nº 003 – Provisões

Em 31 de março de 2022 o **Mapa** apresentou um saldo de R\$ 677,32 milhões (seiscentos e cinquenta e sete milhões e trezentos e vinte mil reais) relacionados a provisões de curto e de longo prazo.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição das provisões do 1º trimestre 2022.

Tabela 01 – Provisões – Composição.

COMPOSIÇÃO	31/03/2022	31/12/2021	R\$ Milhões
			AH (%)
Provisões a curto prazo	1,51	1,51	0,00%
Provisões a longo prazo	675,81	653,79	3,36%
Total	677,32	655,30	3,36%

Fonte: Tesouro Gerencial – Mar/2022

Provisões de Longo Prazo

As provisões de longo prazo estão distribuídas conforme as tabelas a seguir.

Tabela 02 – Provisões de Longo Prazo por Órgão.

Órgãos	31/03/2021	31/12/2021	R\$ Milhões
			AH (%)
Empresa Brasileira de Pesquisa agropecuária – Embrapa	342,34	328,80	4,12%
Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB	333,47	324,99	2,61%
Total	675,81	653,79	3,37%

Fonte: Tesouro Gerencial – Mar/2022

Em 31/03/2022, o saldo apresentado na conta foi de R\$ 675,81 milhões (seiscentos e setenta e cinco milhões e oitocentos e dez mil reais), sendo na **Embrapa** R\$ 342,34 milhões (trezentos e quarenta e dois milhões e trezentos e quarenta mil reais) e na **Conab** R\$ 333,47 milhões (trezentos e trinta e três milhões e quatrocentos e setenta mil reais).

Assim, os dois órgãos (**Embrapa** e **Conab**) possuem o total de provisões a longo prazo quase que divididos à metade para cada um, ficando a **Embrapa** com o percentual de 50,86% e a **Conab** com 49,34%.

Tabela 03 – Provisões a Longo Prazo – Composição.

Provisões	31/03/2022	31/12/2021	R\$ Milhões
			AH(%)
Riscos Trabalhistas	602,41	587,63	2,52%
Riscos Fiscais	30,13	31,87	-5,46%
Riscos Cíveis	43,26	34,28	26,2%
Total	675,81	653,79	3,37%

Fonte: Tesouro Gerencial – Mar/2022

A Provisão para Riscos Cíveis, em termos percentuais, foi a que apresentou forte acréscimo, seguido pela Provisão para Indenizações Trabalhistas, em termos absolutos, é a segunda mais relevante dentre as de longo prazo, uma vez que ocupa 89,14% do total das provisões a longo prazo.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

Tabela 04 – Movimento das Provisões a Curto e Longo Prazo.

R\$ Milhões

	Saldo inicial 31/12/2021	Adições	Reduções	Atualizações monetárias	Reclassifi- cações	Saldo final 31/03/2022
Sentenças Judiciais – CP	1,51					1,51
Mapa	1,51					1,51
Indenizações Trabalhistas – LP	587,63					602,41
Embrapa	328,80					342,34
Conab	258,83					260,07
Autos de Infração Recorridos – LP	0,00				0,32	0,32
Conab	0,00				0,32	0,32
Autuações Fiscais Recorridas – LP	31,88		2,06			29,81
Conab	31,88		2,06			29,81
Indenizações Cíveis – LP	34,28	8,98				43,26
Conab	34,28	8,98				43,26
Total	655,30	8,98	2,06		0,32	677,31

Tabela nº 035 – Movimento das Provisões a Curto e Longo Prazo

Abaixo segue a tabela de Critério de Risco provável da **Embrapa**.

R\$ Milhões

Tipo de Justiça	Saldo inicial 31/12/2021	Adições	Correções	Reversões	Baixas	Saldo final 31/03/2022	Descrição Acumulada dos Objetos das Ações
Comum	0,02					0,02	Anulação de Ato Administrativo
Trabalhista	76,00	15,00			3,91	87,09	Obrigação a pagar de H. Extra/Insalubridade
Federal	22,76	0,07				22,83	
Cível	2,19	0,07				2,26	Ato Administrativo/Res. Prejuízo/Cobrança/Imóvel
Tributária	1,03					1,03	S. Educação/Execução Fiscal/R. Prejuízo/A Débito/FGTS
Previdenciário	19,54					19,54	Encargos Fiscais
Total	121,54	15,14				109,94	

Tabela nº 036 – Critério de Risco provável

Abaixo segue a provisão da **Embrapa**, enviada pela Assessoria Jurídica.

R\$ Milhões

Natureza Trabalhista	Valor Estimado (R\$)	Descrição Sucinta dos Principais Objetos
Prováveis	87,11	<i>Ad. Insalubridade/ Ad. Periculosidade/ Horas in itinere/ Horas extras/ Redução de Jornada/ Incorporação de gratificação/ Jornalistas/ (*) Pagamento de Premiação/ Teto salarial</i>
Natureza Cível	Valor Estimado (R\$)	Descrição Sucinta dos Principais Objetos
Prováveis	2,26	<i>Anulação de ato administrativo</i>
Natureza Previdenciária	Valor Estimado (R\$)	Descrição Sucinta dos Principais Objetos
Prováveis	19,54	<i>Encargos Previdenciários</i>
Natureza Tributária	Valor Estimado (R\$)	Descrição Sucinta dos Principais Objetos
Prováveis	233,43	<i>Anulação de débito fiscal/ Cobrança de Imposto - ITR - INSS - Secretaria da Receita Federal do Brasil - União Federal – CEF</i>
TOTAL	342,34	

Tabela nº 037 – Detalhes de Provisões



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

Passivos Contingentes

Os riscos decorrentes de passivos contingentes podem ser classificados conforme a natureza dos fatores que lhes dão origem, bem como os órgãos responsáveis pela sua gestão. Na tabela a seguir, estão descritos os principais passivos contingentes da **Embrapa**.

R\$ Milhões

Tipo de Justiça	Saldo inicial 31/12/2021	Adições	Correções	Reversões	Baixas	Saldo final 31/03/2022	Descrição Acumulada dos Objetos das Ações
Comum	0,83	0,25				1,08	Royalties/Ex. Fiscal/Cobrança/Recebimento Dívida
Trabalhista	139,22	12,01			2,27	148,96	Devolução Descontos/H. Extras/Resp. Subsidiária
Federal	11,88	1,02				12,89	Na. Licitação/R. Prejuízo/Sal. Educação/Na. Penhora
Total	152,03	13,28			2,27	162,93	

Tabela nº 038 – Critério de Risco possível



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

8.10) Nota nº 004 – Imobilizado

O imobilizado é composto pela parte tangível (bens móveis e imóveis), a qual é preservada para a utilização em produção ou fornecimento de bens ou serviços e fins administrativos. Seu reconhecimento se dá com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial no Sistema de Controle Patrimonial ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável ou reavaliação.

Os gastos ocorridos após a aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que esses mesmos gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem esses benefícios, eles devem ser reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31 de março de 2022, a União por meio do **Mapa** apresentou um saldo de R\$ 234.762,47 milhões (duzentos e trinta e quatro bilhões, setecentos e sessenta e dois milhões e quatrocentos e setenta mil reais), líquidos da depreciação e amortização que representou um aumento de 0,04% em relação ao 4º trimestre/2021.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para os exercícios de 2022 e 2021.

Tabela 01 – Imobilizado – Composição

	R\$ Milhões		
	31/03/2022	31/12/2021	AH (%)
Bens Móveis	1.239,19	1.235,50	0,30%
(+) Valor Bruto Contábil	2.575,55	2.552,55	0,89%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-1.309,62	-1.290,31	1,47%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-26,74	-26,74	0,00%
Bens Imóveis	233.523,29	233.439,89	0,04%
(+) Valor Bruto Contábil	234.555,67	234.465,67	0,04%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-1.032,38	-1.025,78	0,64%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-1.2239,19	-1.235,50	0,30%
Total	234.762,47	234.675,39	0,04%

Tabela nº 039 – Imobilizado

Bens Móveis

Os Bens Móveis em 31/03/2022 totalizavam R\$ 1.239,19 milhões (um bilhão e duzentos e trinta e nove milhões e cento e noventa mil reais), líquidos de depreciação/redução ao valor recuperável acrescidos de bens advindos dos órgãos incorporados ao MAPA por força do Decreto nº 9.667/2019 e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 02 – Bens Móveis – Composição

	R\$ Milhões			
Bens Móveis - Composição	31/03/2022	31/12/2021	AH (%)	AV (%)
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTO E FERRAMENTA	1.101,31	1.102,67	-0,12%	42,76%
BENS DE INFORMÁTICA	520,97	519,52	0,28%	20,23%
VEICULOS	473,34	476,85	-0,74%	18,38%
MOVEIS E UTENSÍLIOS	259,28	258,05	0,47%	10,07%
DEMAIS BENS MOVEIS	111,88	110,59	1,15%	4,34%
BENS MOVEIS EM ALMOXARIFADO	66,33	43,55	34,35%	2,58%
MATER CULTURAL, EDUCACIONAL E DE COMUNICACAO	35,42	35,42	0,00%	1,38%
OUTROS	7,02	5,90	38,20%	0,27%
Total Bruto (I)	2.575,55	2.552,55	0,89%	100%
Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada (II)	-1.309,62	-1.290,31	1,47%	
Redução ao Valor Recuperável (III)	-26,74	-26,74	0,00%	
Total Líquido (IV = I - II - III)	1.239,19	1.235,50	0,30%	

Tabela nº 040 – Bens Móveis



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

Constavam, no fechamento do balanço de 2021, bens móveis registrados no valor de R\$ 18,74 milhões (dezoito milhões e setecentos e quarenta mil reais) referente à conta de Bens Não Localizados que, no final do 1º trimestre de 2022, diminuiu para R\$ 18,43 milhões (dezoito milhões e quatrocentos e trinta mil reais).

No processo SEI nº 21000.004025/2017-17 as Unidades Descentralizadas da Administração Direta envolvidas se comprometeram, inclusive com prazos, nas respectivas apurações de responsabilidades dos saldos remanescentes da conta de Bens Não Localizados.

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da União em 31/03/2022 totalizavam R\$ 233.523,29 milhões (duzentos e trinta e três bilhões, quinhentos e vinte e três milhões e duzentos e noventa mil reais), líquidos de depreciação/amortização com maior concentração no órgão do **Incra**, advindo ao **Mapa** por força do Decreto nº 9.667/2019, no valor líquido de R\$ 224.628,84 milhões (duzentos e vinte e quatro bilhões, seiscentos e vinte e oito milhões e oitocentos e quarenta mil reais) e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 03 – Bens Imóveis – Composição por Órgãos

R\$ Milhões

Órgão UGE	Min. Agricultura		INCRA		EMBRAPA		CONAB		SFB		TOTAIS	
	mar/22	dez/21	mar/22	dez/21	mar/22	dez/21	mar/22	dez/21	mar/22	dez/21	mar/22	dez/21
Bens de Uso Especial	8.189,46	8.177,15	222.750,02	222.676,42	508,52	508,49	302,76	306,98	0,86	0,86	231.751,61	231.669,89
Bens Dominicais	0,00	0,00	1.814,42	1.814,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.814,42	1.814,42
Bens Imóveis em Andamento	82,70	82,16	442,65	439,22	55,50	51,81	20,81	20,79	2,96	2,75	604,62	596,73
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	23,50	23,50	2,25	2,25	214,12	213,47	9,73	9,73	0,00	0,00	249,60	248,95
Instalações	21,66	21,64	14,53	14,56	94,32	94,26	0,18	0,18	0,30	0,30	130,98	130,93
Demais Bens Imóveis	0,00	0,00	4,44	4,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,44	4,75
Total Bruto (I)	8.317,31	8.304,45	225.028,31	224.951,62	872,45	868,02	333,48	337,67	4,11	3,90	234.555,67	234.465,67
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	-48,41	-48,13	-399,47	-398,17	-364,96	-359,11	-219,54	-220,36	0,00	0,00	-1.032,38	-1.025,78
Total Líquido (IV = I - II - III)	8.268,90	8.256,32	224.628,84	224.553,44	507,49	508,91	113,94	117,32	4,11	3,90	233.523,29	233.439,89

Tabela nº 041 – Bens Imóveis



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Relatório Contábil

Tabela 04 – Bens Imóveis – Composição Total

Bens Imóveis – Composição	31/03/2022	31/12/2021	AH (%)	AV (%)
BENS DE USO ESPECIAL REGISTRADOS NO SPIUNET	230.721,83	230.635,92	0,04%	98,37%
BENS DE USO ESPECIAL NAO REGISTRADOS SPIUNET	1.029,78	1.033,96	-0,41%	0,44%
BENS DOMINICAIS NAO REGISTRADOS NO SIAPA	1.814,42	1.814,42	0,00%	0,77%
BENS IMOVEIS EM ANDAMENTO	604,62	596,73	1,31%	0,26%
INSTALACOES	130,98	130,93	0,03%	0,06%
BENFEITORIAS EM PROPRIEDADE DE TERCEIROS	249,60	248,95	0,26%	0,11%
DEMAIS BENS IMOVEIS	4,44	4,75	-7,01%	0,00%
Total Bruto (I)	234.555,67	234.465,67	0,04%	
Depreciação / Amortização Acumulada – Bens Imóveis	-1.032,38	-1.025,78	0,64%	
Total Líquido (IV = I - II - III)	233.523,29	233.439,89	0,04%	

Tabela nº 042 – Bens Imóveis - Composição

Os BENS DE USO ESPECIAL os quais são considerados os mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário federal são constituídos conforme tabela abaixo:

Tabela 04 – Bens de Uso Especial – Composição

Bens de Uso Especial – Composição	31/03/2022	31/12/2021	AH (%)	AV (%)
TERRENOS/GLEBAS	124.391,96	124.391,11	0,00%	53,91%
FAZENDAS, PARQUES E RESERVAS	97.165,49	97.091,89	0,08%	42,11%
ESPELHO D'AGUA	4.778,78	4.756,21	0,47%	2,07%
COMPLEXOS/FABRICAS/USINAS	1.656,83	1.656,83	0,00%	0,72%
AUTARQUIAS/FUNDACOES	751,06	751,06	0,00%	0,33%
EDIFICIOS	583,54	581,31	0,38%	0,25%
REPRESAS/ACUDES	547,36	557,81	-1,91%	0,24%
ILHAS	404,18	404,18	0,00%	0,18%
OUTROS BENS IMOVEIS REGISTRADOS NO SPIUNET	250,41	255,23	-1,92%	0,11%
IMOVEIS RESIDENCIAIS / COMERCIAIS	108,44	108,44	0,00%	0,05%
LABORATORIOS/OBSERVATORIOS	40,37	40,40	-0,06%	0,02%
ARMAZENS/GALPOES	17,82	15,82	11,22%	0,01%
OUTROS	25,57	25,63	-1,71	0,01%
TOTAL	230.721,83	230.635,92	-1,62	100,00%

Tabela nº 043 – Bens de Uso Especial

Destacam-se os itens “Terrenos/Glebas” no valor de R\$ 124.391,96 milhões (cento e vinte e quatro bilhões e trezentos e noventa e um milhões e novecentos e sessenta mil reais) e “Fazendas, Parques e Reservas no valor de R\$ 97.165,49 milhões (noventa e sete bilhões, cento e sessenta e cinco milhões e quatrocentos e noventa mil reais), sendo 99,89% desse valor referente aos imóveis da União (INCRA)registrados no SPIUnet: 30 Fazendas, 43 Parques e 49 Reservas.

A conta “Bens dominicais não registrados no SIAFI” do Incra representam os bens não registrados no Sistema Integrado de Administração Patrimonial – SIAPA, que é o sistema que abriga os dados cadastrais de imóveis classificados como dominiais quanto à sua destinação no âmbito da SPU. Os referidos imóveis constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades. Compreende ainda, não dispondo a lei em contrário, os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.

No ano de 2021, o Incra possuía um saldo de R\$ 1.814,42 milhões (um bilhão, oitocentos e catorze milhões e quatrocentos e vinte mil reais) relacionado aos bens dominicais não registrados no SIAPA, saldo este que se manteve inalterado.

CESSÃO DE USO – BENS CEDIDOS				COMODATO DE BENS – CONCEDIDOS				MERCADORIAS E BENS EM PODER DE TERCEIROS			
ÓRGÃO	R\$ Milhões			ÓRGÃO	R\$ Milhões			ÓRGÃO	R\$ milhões		
	31/03/2022	31/12/2021		31/03/2022	31/12/2021		31/03/2022	31/12/2021		31/03/2022	31/12/2021
MAPA	1,27	1,27	MAPA	0,03	0,03	MAPA	13,02	13,03	CONAB	257,12	113,62
INCRA	0,06	0,06	INCRA	0,10	0,10	EMBRAPA	-	-	Total	270,14	126,64
CONAB	2,56	0,79	EMBRAPA	10,84	10,47	Total	270,14	126,64			
Total	3,89	2,12	CONAB	0,00	0,00						
			Total	10,97	10,60						

Tabela nº 044 – Cessão, Comodatos de bens



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

(a) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFI Web, Macrofunção 02.03.30, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014. As empresas públicas e sociedades de economia mista, que devem seguir a Lei nº 6.404/1976, embasam seus procedimentos nas leis próprias e nos normativos fiscais, o que pode acarretar algumas divergências.

Fizeram a redução ao valor recuperável dos bens: o Instituto Nacional de Meteorologia/Mapa, o Laboratório Federal de Defesa Agropecuária do Pará e os Distritos de Meteorologia de alguns estados, além do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Incra (Superintendência do Acre) e a Companhia Nacional de Abastecimento/Conab. As demais unidades do órgão subordinado **Mapa** não fizeram os ajustes anteriores ao ano de 2010 e quanto as Superintendências Federais de Agricultura e os Laboratórios Federais (com exceção do Pará), e **CEPLACs**, não houve manifestação quanto às providências da Macrofunção SIAFI Web 02.03.35.

Na Conab, até o 3º trimestre de 2021 foi efetuado o estudo “teste” relativo à perda por redução ao valor recuperável (Impairment) dos bens móveis, que alcançou a perda de aproximadamente R\$ 422 mil reais. Os bens imóveis não apresentaram perdas por redução ao valor recuperável. A Conab capacitou, por meio de curso externo, vinte e três engenheiros para avaliar os bens imóveis que serão incluídos no plano de desmobilização dos imóveis da Companhia e para a realização dos estudos (testes) de recuperabilidade dos imóveis (Impairment).

Na **Embrapa** foi emitida Nota Técnica SGE/GCIN nº 001/2021, onde concluiu-se que não foram identificadas situações que caracterizassem a necessidade de realização do teste no exercício de 2020.

Destaca-se que na maioria do ativo imobilizado da entidade não houve reavaliação nem redução ao valor recuperável devido as várias impropriedades no sistema da LinkData (que está em descontinuidade no órgão devido ao fim da vigência do contrato), e nos demais sistemas de controle patrimonial atuantes no Mapa. Tal reconhecimento é necessário mesmo antes da incorporação de vários órgãos à Pasta, e agora ainda mais, considerando a relevância do imobilizado atualmente. As providências para tal reconhecimento decorrem da necessidade de recursos para contratação de empresa com esse fim ou quando do fim do processo de implantação do novo sistema de controle patrimonial, o SIADS, que vislumbra a reavaliação e a redução ao valor recuperável.

R\$ milhões

REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE IMOBILIZADO	
MAPA	23,42
INCRA	3,23
CONAB	0,09
Total	26,74

Tabela nº 045 – Redução ao Valor Recuperável

Os valores são atualizados sistematicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

(a.1) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIP-CP) sobre os ativos de infraestrutura definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação, bem como a respectiva depreciação, amortização ou exaustão, reavaliação e redução ao valor recuperável para os bens de infraestrutura terá o prazo para implantação desses procedimentos contábeis até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

(a.2) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da cessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação: $Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

(a.3) Sistemas de controle patrimonial

No Mapa como administração direta existem três sistemas de controle patrimonial, são eles:

- i. Sistema próprio desenvolvido pelo INMET e utilizado pelo mesmo e seus Distritos de Meteorologia;
- ii. Sistema próprio desenvolvido pela CEPLAC e utilizado em todas as suas Unidades;
- iii. Sistema ASI da Linkdata (está em descontinuação devido ao fim da vigência do contrato) utilizado nas Superintendências Federais (SFA), nos Laboratórios Federais (LFDA);
- iv. Sistema Integrado de Administração de Serviços – SIADS (sistema que irá substituir o ASI), que está em processo de implantação, iniciado na unidade gestora do Mapa Sede e em expansão para as demais unidades do órgão. Atualmente, está sendo utilizado de forma mais integral pelo SFB, porém com alguns problemas ainda não resolvidos entre o SFB e a STN.

NOTA EXPLICATIVA nº 01 /2022 – DIPAT (DIVISÃO DE PATRIMONIO DA CGEF/DA/MAPA)
UNIDADE GESTORA: 130005-CGEF/DA/MAPA (SEDE)
ASSUNTO: Implantação do SIADS na Sede
OBJETIVO: Dar subsídios quanto ao andamento da implantação do SIADS, no MAPA.
Esta Nota Explicativa visa esclarecer os procedimentos adotados na implantação do SIADS – Sistema de Patrimônio do Governo Federal, no ajuste das contas e padronização no cadastro dos bens.
O Sistema “Siads” permite o controle de depreciação dos bens, viabiliza a realização do inventário eletrônico em plataforma mobile e amplia a automação do registro contábil, ao possibilitar que os atos das ações administrativas sejam registrados no Siafi (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal), em tempo real por meio do Siads. Em novembro de 2020, foi dado início a primeira etapa da implantação do Sistema Integrado de Gestão Patrimonial (SIADS). O Mapa ainda se encontra na fase de implantação e os bens está sendo cadastrado de forma manual, sendo, que as informações para migração dos dados do ASIWEB, não foi possível, tendo em vista, que o sistema não aceita dados corrompidos. Em julho/2021, a DIAI/CPAT, deu início ao levantamento dos bens para o inventário 2022, no entanto, conforme cronograma, a previsão de finalização dos bens, se dará em setembro de 2022, observando a padronização, no intuito de evitar itens duplicados, e contas incorretas. Em relação aos bens intangíveis, informo que não foi dado início ao cadastro dos mesmos. Vale destacar que os ajustes nas contas contábeis, só poderá ser realizada, com o término dos bens cadastrados no sistema.
Dados cadastrais. 1º Nota Explicativa – 6.159, bens cadastrados; 2º Nota Explicativa – 11.841, bens cadastrados; 3º Nota Explicativa – 19.665, bens cadastrados; 4º Nota Explicativa – 30.175, bens cadastrados.
TELEFONE PARA CONTATO: 3218 3824
E-MAIL: gilvana.fernandes@agro.gov.br

Fonte Divisão de Patrimônio MAPA

(a.4) Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitorias, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Os valores são atualizados sistematicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

(a.5) Redução ao valor recuperável de ativos – *Impairment*

- A) A área de patrimônio da Embrapa emitiu Nota Técnica informando que os bens móveis, semoventes e benfeitorias estão registrados contabilmente com valores compatíveis àqueles aplicados no mercado.
- B) O Laboratório Agropecuária do Pará registrou a redução ao valor recuperável de bens baseado no relatório da empresa **LINK DATA INFORMÁTICA E SERVIÇOS S/A** e **Processo Sei nº21003.000660/2018/78** no valor de **R\$ 1.224.973,65**, pois a empresa foi contratada para fazer o saneamento do patrimônio e as reavaliações dos Bens.
- C) A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor seguiram as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas de forma mais detalhada no Manual SIAFI Web, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN (www.tesouro.gov.br).

(a.6) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) sobre os ativos de infraestrutura definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação, bem como a respectiva depreciação, amortização ou exaustão, reavaliação e redução ao valor recuperável para os bens de infraestrutura terá o prazo para implantação desses procedimentos contábeis até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

(a.7) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação: $Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Ajustes de Exercícios Anteriores realizados em contrapartida no Imobilizado



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido.

Ajustes de Exercícios Anteriores – Imobilizado

R\$ 1,00

Órgão	Classificação Contábil	Saldo - Moeda Origem (Conta Contábil)
MIN.AGRICULTURA	APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	(60.464,53)
	EQUIPAM/UTENSILIOS MÉDICOS, ODONTO, LAB E HOSP	(202.287,55)
	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	(4.583,04)
	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	(310.800,00)
	MÁQUINAS E UTENSILIOS AGROPECUARIO/RODOVIARIO	(238.526,10)
	EQUIP DE TECNOLOG DA INFOR E COMUNICACAO/TIC	(141.980,00)
	EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	(11.980,00)
	OBRAS EM ANDAMENTO	91.620,62
	DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS MOVEIS	476.652,48
INCRA	MOBILIARIO EM GERAL	900,00
	INSTALACOES	30.201,28
EMBRAPA	APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	(60.000,00)
	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	(240.873,00)
	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	(240.873,00)
	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	(117.000,00)
	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	(240.873,00)
	ESTUDOS E PROJETOS	(33.455,40)
	INSTALACOES	33.455,40
	DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS MOVEIS	(5.581.002,08)
DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS IMOVEIS	914,86	
SFB	MÁQUINAS E UTENSILIOS AGROPECUARIO/RODOVIARIO	500,00
Total		(6.850.453,06)

Tabela nº 046 – Ajustes de Exercícios Anteriores sobre o Imobilizado



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

8.11) Nota nº 005 – Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*Impairment*).

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como variação patrimonial diminutiva no período em que foram incorridos, exceto nos gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, identificáveis, controláveis, dentre outros.

No **Mapa** não há ativos intangíveis gerados internamente e intangíveis a título gratuito a serem avaliados.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas devem ser testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva, **mas o Mapa até a presente data não procedeu ao teste de recuperabilidade e não avalia anualmente se a vida útil indefinida é justificável.**

Conforme anexo à Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015, DOU 29/09/2015, o Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIP-CP) definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável terão o prazo para implantação, preparação de sistemas desses procedimentos até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

Em 31/03/2022, o **Mapa** apresentou um saldo de R\$ 124,40 milhões (cento e vinte quatro milhões e quatrocentos mil reais), relacionados ao intangível, líquidos de amortização mais os softwares não localizados.

Na tabela a seguir é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para os exercícios de 2022 e 2021.

Tabela 01 – Intangível – Composição.

Intangível – Composição	R\$ Milhões		
	31/03/2022	31/12/2021	AH (%)
Software com Vida Útil Definida	103,27	100,25	2,92%
Software com Vida Útil Indefinida	72,99	72,74	0,03%
Marcas Direitos e Patentes - Vida Útil Definida	0,49	0,49	-
Marcas Direitos e Patentes – Vida Útil Indefinida	-	-	-
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Determinado	0,28	0,28	-
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Indeterminado	-	-	-
Amortização Acumulada	(52,62)	(52,36)	0,05%
Redução ao Valor Recuperável de Intangível			-
Softwares Não Localizados	-	1,45	-
Total	124,40	121,39	2,42%

Tabela nº 047 – Intangível

Tabela 02 – Adições e Baixas no Intangível – Por Órgão – durante o 1º trimestre de 2022.

Órgão	Conta Contábil	R\$ Milhões	
		ADIÇÕES	BAIXAS
MINIST.DA AGRICULTURA	SOFTWARES – Vida Útil Definida	-	0,65
	SOFTWARES – Vida Útil Indefinida	1,65	0,26
	SOFTWARES EM FASE DE DESENVOLVIMENTO	-	-
INCRA	SOFTWARES – Vida Útil Definida	2,03	-
EMBRAPA	SOFTWARES – Vida Útil Definida	5,17	19,56
	SOFTWARES – Vida Útil Indefinida	60,32	-
	SOFTWARES EM FASE DE DESENVOLVIMENTO	50,56	50,51
CONAB	SOFTWARES – Vida Útil Definida	3,01	3,01
SFB	SOFTWARES – Vida Útil Definida	3,54	2,45
TOTAIS		126,28	75,86

Tabela nº 048 – Adições e Baixas no Intangível



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil

Redução ao Valor Recuperável de Ativos – Impairment

Na aplicação do teste de redução do valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o valor de mercado de um ativo menos o custo para a sua alienação, ou o valor que a entidade do setor público espera recuperar pelo uso futuro desse ativo nas suas operações, o que for maior.

Mas o **Mapa** não realizou o teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis, pois não dispõe de servidores especializados e qualificados para avaliar a imparidade (**Impairment**) dos ativos.

Ajustes de Exercícios Anteriores realizados no Intangível

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido.

Tabela 03 – Ajustes de Exercícios Anteriores no Intangível

R\$ Milhões		
Órgão	Classificação Contábil	Movim. Líquido - R\$ (Conta Contábil)
MINIST. DA AGRICULTURA	SOFTWARES – Vida Útil Definida	0,13
	Amortização Acumulada - Contas 1241101xx	0,13

Tabela nº 049 – Ajustes de Exercícios Anteriores no Intangível



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

8.12) Nota nº 006 – Investimentos

Os investimentos no **Mapa** são compostos por: 1) Participações Permanentes; 2) Propriedades para Investimento e 3) Demais Investimentos menos a Depreciação Acumulada de Investimentos e a Redução ao Valor Recuperável de Investimentos, que totalizam R\$ 14,06 milhões, conforme tabela de Composição e Movimentação dos Investimentos a seguir.

Tabela 01 – Investimentos – Composição e Movimentação:

	Saldo inicial 31/12/2021	Adições (Valorizações)	Baixas (Desvalorizações)	Reclassificações	Saldo final 31/03/2022
Participações Permanentes	22,62	0,00	0,00	0,00	22,62
Propriedades para Investimento	2,85	0,00	0,00	0,00	2,85
Demais Investimentos Permanentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Depreciação Acumulada de Investimentos	-0,85	-	-	-	-0,85
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos	-10,55	-	-	-	-10,58
Total	25,47	0,00	0,00	0,00	25,47

Tabela nº 050 – Investimentos – Composição e Movimentação

Tabela 01 – Investimentos – Composição:

Investimentos	31/03/2022	31/12/2021	AH
BENS IMÓVEIS NÃO DESTINADOS A USO	2,85	2,85	0,00%
DEPRECIACÃO ACUMULADA INVESTIMENTOS-CONS- PROPRIEDADE	-0,85	-0,85	0,00%
PARTICIPAÇÕES AVALIADAS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	0,00	0,00	-
PARTICIPAÇÕES AVALIADAS PELO MEP ESTADO	1,86	1,86	0,00%
REDUÇÃO VALOR RECUPERADO INVESTIMENTO PARTICIPAÇÃO PERMANENTE	-10,55	-10,58	0,28%
PARTICIPAÇÕES AVALIADAS PELO MÉTODO DE CUSTO	20,76	20,76	0,00%
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS PERMANENTES	0,00	0,00	-
Total	14,06	14,03	0,21%

Tabela nº 051 – Investimentos – Composição

(a) Participações Permanentes

As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas não dependentes do Orçamento Fiscal e Seguridade Social (OFSS), consórcios públicos e fundos, sendo contabilizadas em função da influência da União na administração da entidade.

A tabela abaixo apresenta a composição dos investimentos da Conab e da Embrapa em “Participações Permanentes”, diferenciando-os pelo método de contabilização por equivalência patrimonial ou de custo.

	31/03/2022	31/12/2021	AH	AV
Participações em Empresas	21,49	21,49	0,00%	92,03%
Participações em Empresas - MEP	0,73	0,73	0,00%	3,13%
Conab	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Embrapa	0,73	0,73	0,00%	3,13%
Participações em Empresas – Método de Custo	20,76	20,76	0,00%	88,91%
Conab	5,92	5,92	0,00%	25,35%
Embrapa	14,84	14,84	0,00%	63,55%
Participações em Fundos	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Participações em Fundos - MEP	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Conab	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Participações – Inter OFSS entre Estado	1,86	1,86	0,00%	7,97%
Embrapa	1,86	1,86	0,00%	7,97%
Total	23,35	23,35	0,00%	100,00%

Tabela nº 052 – Participações Permanentes



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil

CONAB

Tabela 02 – Investimentos da Conab – Composição

Investimentos	R\$ Milhões		
	31/03/2022	31/12/2021	AH
Participações Permanentes	14,84	14,84	0,00%
Títulos e Valores Mobiliários Permanentes	0,00	0,00	-
Bens Imóveis não Destinados a Uso	2,85	2,85	0,00%
(-) Depreciação de Bens Imóveis não Destinados a Uso	-0,85	-0,85	0,00%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimento	-10,55	-10,58	0,28%
Total	6,29	6,26	0,47%

Tabela nº 053 – Investimentos da CONAB

Tabela 03 – Demais Investimentos da Conab

Investimentos	R\$ Milhões		
	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)
Demais Investimentos			
* Títulos e Valores Mobiliários Permanentes	0,00	0,00	0,00%
* Bens Móveis não Destinados a Uso	0,00	0,00	0,00%
Total	0,00	0,00	0,00%

Tabela nº 054 – Demais Investimentos da Conab

Abaixo (Tabela 04) estão os dois maiores investimentos da **Conab** até março de 2022, decrescidos da redução ao valor recuperável. Os dois maiores investimentos representam 77,78% do total.

Tabela 04 – Maiores Investimentos da Conab

	R\$ Milhões	
	31/03/2022	AV (%)
Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná – CODOPAR	2,59	60,79%
Centrais Elétricas Brasileiras AS - Eletrobrás	0,75	16,84%
Demais	0,95	22,37%
Total	4,29	100,00%

Tabela nº 055 – Maiores Investimentos da Conab

Tabela 05 - Mutação dos Investimentos – Participação Permanentes (decrescidas da redução ao valor recuperável)

EMPRESA	R\$ Milhões					
	Saldo em 31/12/2021	Aportes de Capital	Resultado de Participação em Investimento	Dividendos	Outros Resultados	Saldo em 31/03/2021
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	0,72	-	-	-	-	0,75
Engie Brasil Energia S.A.	0,00	-	-	-	-	0,00
Telefônica Brasil S.A.	0,03	-	-	-	-	0,03
Companhia de Armazéns Gerais e Entrepósitos do Acre	0,23	-	-	-	-	0,23
Banco Da Amazônia S.A.	0,00	-	-	-	-	0,00
Ribeiro Cordeiro Indústria e Comércio S.A.	0,00	-	-	-	-	0,00
Frigorífico Vale Do Tocantins S A	0,00	-	-	-	-	0,00
Banco Do Nordeste Do Brasil S.A.	0,00	-	-	-	-	0,00
Vicunha Têxtil S.A.	0,00	-	-	-	-	0,00
Primeinvest Empreendimentos Imobiliários S.A	0,07	-	-	-	-	0,07
Procter & Gamble do Nordeste S.A. - em liquidação	0,00	-	-	-	-	0,00
Companhia Brasileira De Partic. Agroindustrial Brasagro	0,01	-	-	-	-	0,01
Delta de Arcos S.A.	0,00	-	-	-	-	0,00
Delta de Matozinhos S.A.	0,00	-	-	-	-	0,00
Banco De Desenvolvimento Do Espírito Santo S.A.	0,00	-	-	-	-	0,00
Morada Do Sol Participações SA	0,00	-	-	-	-	0,00
CEAGESP - Companhia De Entrepósitos E Armazéns Gerais De São Paulo	0,43	-	-	-	-	0,43
Algar Telecom S.A.	0,05	-	-	-	-	0,05



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

Cia De Desenvolvimento Agropecuário Do Paraná CODAPAR	2,59	-	-	-	-	2,59
Multilog S.A.	0,01	-	-	-	-	0,01
Fábrica de tecidos Carlos Renaux S/A em liquidação	0,00	-	-	-	-	0,00
PBG S/A	0,00	-	-	-	-	0,00
Refinadora Catarinense SA	0,02	-	-	-	-	0,02
Companhia Estadual De Silos E Armazéns	0,08	-	-	-	-	0,08
TOTAL	4,26	-	-	-	-	4,29

Tabela nº 056 – Mutações dos Investimentos da Conab

EMBRAPA

Os investimentos permanentes da **Embrapa** são realizados na forma de participação societária em empresas estaduais de pesquisa agropecuária, assistência, extensão rural e difusão de tecnologia, necessárias à consecução do seu objeto social. Os investimentos que não têm influência significativa são avaliados pela sistemática do custo corrigido, ou seja, os valores dos investimentos acrescidos da correção monetária até 31/12/1995, conforme legislação pertinente.

Tabela 06 – Investimentos da EMBRAPA – Composição:

Entidade	Principal segmento de atuação	Valor investimento	R\$ Milhões
			% de Participação da Embrapa
- Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA ⁽¹⁾	Agricultura	0,63	7,74
Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S/A – EMEPA/PB ⁽²⁾	Agricultura	1,86	45,00
- Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia de Santa Catarina S/A – EPAGRI	Agricultura	5,28	4,74
- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – EMATER	Agricultura	0,00	0,01
- Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte S/A – EMPARN	Agricultura	0,73	49,00

Tabela nº 057 – Investimentos da Embrapa

Fonte: Siafi e Demonstrações Contábeis das empresas,

(1) Última Demonstração apresentada 05/09/2016 – EBDA em processo de Liquidação e

(2) Demonstração de 2018 apresentada do ano de 2018 à- EMBRAPA

Tabela 07 – Mutação dos Investimentos da EMBRAPA – composição:

Entidade	Saldo em 31/12/2020	Aportes de Capital	Resultado de Participação em Investimentos	Dividendos	Outros Resultados	R\$ Milhões
						Saldo em 31/12/2021
EMEPA/PB	1,86	0	0	0	0	1,86
EMPARN ⁽¹⁾	0,73	0	0	0	0	0,73
Total	2,59	0	0	0	0	2,59

Tabela nº 058 – Mutação dos Investimentos da Embrapa



9) Referências

9.1) Bibliográficas

- 1) Demonstrações Contábeis da União – BGU
- 2) IPC 00 – Plano de Transição para Implantação da Nova Contabilidade
- 3) IPC 01 – Transferência de Saldos Contábeis e Controle de Restos a Pagar
- 4) IPC 02 – Reconhecimento dos Créditos Tributários pelo Regime de Competência
- 5) IPC 03 – Encerramento de Contas Contábeis no PCASP
- 6) IPC 04 – Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial
- 7) IPC 05 – Metodologia para Elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais
- 8) IPC 06 – Metodologia para Elaboração do Balanço Financeiro
- 9) IPC 07 – Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário
- 10) IPC 08 – Metodologia para Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa
- 11) IPC 11 – Contabilização de Retenções
- 12) IPC 12 – Contabilização de Transferências de Bens Móveis e Imóveis
- 13) Manual de Informações de Custos do Governo Federal – 1ª Edição - 2018
- 14) Manual do Portal de Custos do Governo Federal – 2017
- 15) MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 8ª Edição – Válido a partir de 2019
- 16) PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público 2019 – Estendido
- 17) PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público 2019 – Federação

9.2) Sítios mais utilizados pela CCONT/MAPA

- 1) www.tesouro.fazenda.gov.br
- 2) <https://tesourogerencial.tesouro.gov.br/>
- 3) www.tesourotransparente.gov.br › balanço-geral-da-uniao-bgu-trimestral
- 4) <https://conteudo.tesouro.gov.br/manuais>
- 5) www.agricultura.gov.br
- 6) portal.tcu.gov.br
- 7) portal.in.gov.br
- 8) www.cfc.org.br
- 9) www.crcdf.org.br
- 10) <http://sistemas.agricultura.gov.br/confcon>
- 11) <http://sistemas.agricultura.gov.br/sei>
- 12) <http://agronet.agricultura.gov.br/>
- 13) <https://boletim.sigepe.planejamento.gov.br>
- 14) <http://sistemasweb.agricultura.gov.br/asi>
- 15) <http://www.redesim.gov.br/servicos>
- 16) <https://siafi.tesouro.gov.br/>
- 17) <https://plataformamaisbrasil.gov.br/>
- 18) <https://spiunet.spu.planejamento.gov.br/>
- 19) <https://hod.serpro.gov.br/>
- 20) <https://cav.receita.fazenda.gov.br/>
- 21) <https://www.siapenet.gov.br/>
- 22) <http://www.agricultura.gov.br/ acesso-a-informacao/demonstrativos-contabeis>